

Porto do Açu
Operações S.A.
(Companhia Fechada)

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016 e
relatório dos auditores
independentes sobre as
demonstrações financeiras**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da Porto do Açú Operações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Porto do Açú Operações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Porto do Açú Operações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Porto do Açú Operações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).



Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Luis Claudio França de Araújo
Contador CRC RJ-091559/O-4

Porto do Açú Operações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	12.480	22.941	20.665	34.099
Títulos e valores mobiliários	6	2.735	-	5.154	-
Depósitos bancários vinculados	7	33	178	53	254
Clientes	8	50.895	13.789	54.805	13.789
Contas a receber com partes relacionadas	19	11.967	13.959	11.625	13.959
Adiantamentos diversos		487	443	487	443
Impostos a recuperar	9	36.310	16.009	37.371	17.044
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	-	-	985	14
Créditos com terceiros	14	757	1.428	757	1.428
Despesas antecipadas		101	10.002	101	10.002
Outros		957	790	316	467
Total do ativo circulante		116.722	79.539	132.319	91.499
Não circulante					
Depósitos bancários vinculados	7	6.708	8.584	6.708	8.584
Clientes	8	58.105	61.354	58.105	61.354
Mútuo com partes relacionadas	19	495.154	438.470	495.154	438.470
Debêntures	13	659.393	670.354	659.393	670.354
Créditos com terceiros	14	80.015	62.664	80.015	62.664
Depósitos restituíveis	11	19.865	87.619	19.865	87.619
Depósitos judiciais	12	24.047	22.504	24.047	22.504
Impostos a recuperar	9	2.603	42.003	2.603	42.003
Impostos diferidos	10	220.670	423.836	220.670	423.836
Investimentos em controladas	15	102.497	98.362	-	-
Propriedade para investimento	16	467.016	457.190	546.252	535.696
Imobilizado	17	2.924.084	3.057.579	2.934.240	3.066.638
Intangíveis	18	2.637	2.223	2.637	2.223
Total do ativo não circulante		5.062.794	5.432.742	5.049.689	5.421.945
Total do ativo		5.179.516	5.512.281	5.182.008	5.513.444

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto do Açú Operações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		34.384	78.632	35.119	79.115
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	2.318	2.036	2.318	2.036
Salários e encargos a pagar		14.729	6.824	14.766	6.834
Contas a pagar com partes relacionadas	19	18.227	7.933	17.835	7.228
Adiantamento de clientes	22	2.352	2.347	2.657	2.918
Impostos e contribuições a recolher	21	3.339	3.490	3.390	3.503
Imposto de renda e contribuição social a recolher	21	-	-	1.103	119
Outros		540	209	542	213
Total do passivo circulante		75.889	101.471	77.730	101.966
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	4.216.611	3.719.995	4.216.611	3.719.995
Obrigações com terceiros	14	19.880	19.880	19.880	19.880
Mútuo com partes relacionadas	19	509.580	509.580	509.580	509.580
Adiantamento de clientes	22	24.472	27.168	24.472	27.168
Provisão para contingências	23	321	243	321	243
Outros		-	-	484	484
Total do passivo não circulante		4.770.864	4.276.866	4.771.348	4.277.350
Patrimônio líquido					
Capital social	24	2.036.821	1.814.008	2.036.821	1.814.008
Reservas de capital		1.431	166.753	1.431	166.753
Prejuízos acumulados		(1.705.489)	(846.817)	(1.705.489)	(846.817)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		332.763	1.133.944	332.763	1.133.944
Participação de acionistas não controladores		-	-	167	184
Total do patrimônio líquido		332.763	1.133.944	332.930	1.134.128
Total do passivo e patrimônio líquido		5.179.516	5.512.281	5.182.008	5.513.444

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto do Açú Operações S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receita líquida de prestação de serviços	25	229.235	143.707	233.728	145.298
Custo dos serviços prestados	26	(207.579)	(150.870)	(207.940)	(151.138)
Lucro (prejuízo) bruto		21.656	(7.163)	25.788	(5.840)
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	27	(39.761)	(39.594)	(34.618)	(34.553)
Redução ao valor recuperável de ativos ("impairment")	1, 17 e 18	(139.315)	(134.951)	(139.315)	(103.593)
Provisão de provisão para perda - depósitos restituíveis	8 e 11	(60.839)	-	(66.909)	-
Outras receitas		959	1.390	959	1.394
Outras despesas		(3.776)	(168)	(3.806)	(170)
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		(221.076)	(180.486)	(217.901)	(142.762)
Receitas financeiras		61.009	74.385	62.037	75.280
Despesas financeiras		(498.259)	(524.426)	(498.328)	(524.910)
Resultado financeiro	28	(437.250)	(450.041)	(436.291)	(449.630)
Resultado de equivalência patrimonial	15	2.819	(23.548)	-	-
Resultado antes dos impostos		(655.507)	(654.075)	(654.192)	(592.392)
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	-	-	(1.309)	(348)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	(203.165)	213.540	(203.165)	187.940
Prejuízo do exercício		(858.672)	(440.535)	(858.666)	(404.800)
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(858.672)	(440.535)	(858.672)	(404.813)
Acionistas não controladores		-	-	6	13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto do Açú Operações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízo do exercício	(858.672)	(440.535)	(858.666)	(404.800)
Total dos resultados abrangentes do exercício	(858.672)	(440.535)	(858.666)	(404.800)
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores	(858.672)	(440.535)	(858.672)	(404.813)
Acionistas não controladores	-	-	6	13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto do Açú Operações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Consolidado	Capital social	Reserva de capital			Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido - controladora	Ajuste ativo diferido Lei nº 11.638/07	Total do patrimônio líquido	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
		Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Opções de ações outorgadas	Variação percentual na participação de investidas						
Saldo em 1º de janeiro de 2016	1.636.573	137.435	1.047	97	(406.282)	1.368.870	(35.721)	1.333.149	179	1.333.328
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(440.535)	(440.535)	35.722	(404.813)	13	(404.800)
Opções sobre ações reconhecidas	-	-	139	-	-	139	-	139	-	139
Aumento de capital	177.435	(177.435)	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	205.470	-	-	-	205.470	-	205.470	-	205.470
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)	(8)	(9)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.814.008	165.470	1.186	97	(846.817)	1.133.944	-	1.133.944	184	1.134.128
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(858.672)	(858.672)	-	(858.672)	6	(858.666)
Opções sobre ações reconhecidas	-	-	138	-	-	138	-	138	-	138
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	57.343	-	-	-	57.343	-	57.343	-	57.343
Aumento de capital	222.813	(222.813)	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação no percentual de participação de investidas	-	-	-	10	-	10	-	10	-	10
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(23)	(23)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.036.821	-	1.324	107	(1.705.489)	332.763	-	332.763	167	332.930

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto do Açú Operações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos impostos	(655.506)	(654.075)	(654.191)	(592.392)
Itens de resultado que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	111.610	104.938	105.543	98.867
Baixa do imobilizado	1.908	(33)	1.908	(30)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.819)	23.549	-	-
Variação monetária e juros	414.122	443.919	410.689	443.712
Amortização do custo de transação	17.005	15.897	17.005	15.897
Provisão para <i>impairment</i>	139.315	134.951	139.315	103.593
Provisão para perdas de depósitos restituíveis	60.837	-	66.909	-
Provisão para bônus	5.625	(3.711)	5.625	(3.711)
Provisão (reversão) para contingências	78	(38)	78	(38)
Plano de opção de compra de ação	139	139	139	139
	92.314	65.536	93.020	66.037
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:				
Clientes	(33.857)	(31.322)	(37.767)	(31.322)
Impostos a recuperar	20.904	(49.257)	20.878	(50.154)
IR e CSLL a recuperar	-	4.412	(941)	5.569
Adiantamentos diversos	(44)	(68)	(44)	(68)
Depósitos bancários vinculados	2.316	(8.423)	5.805	(7.138)
Depósitos restituíveis	3.994	5.894	3.994	5.894
Contas a receber com partes relacionadas	1.992	(23.118)	2.333	(19.756)
Despesas antecipadas	9.901	(7.995)	9.901	(7.995)
Outros valores a receber	(240)	38	(40)	(553)
Créditos com terceiros	(16.680)	(20.703)	(16.680)	(20.703)
Fornecedores	(40.423)	(32.540)	(40.174)	(32.149)
Impostos e contribuições a recolher	340	62.919	53	62.167
Salários e encargos a pagar	2.280	(1.068)	2.307	(1.061)
Contas a pagar com partes relacionadas	10.294	6.104	10.607	-
Adiantamento de clientes	(2.691)	-	(2.957)	-
Outras obrigações	331	207	337	(37)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	50.731	(29.379)	50.632	(31.271)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de bens do imobilizado	(88.286)	(244.438)	(89.382)	(244.645)
Aquisição de bens intangíveis	(855)	(917)	(792)	(917)
Títulos e valores mobiliários	(2.735)	-	(5.154)	-
Aumento de capital em controlada	(3.011)	(3.832)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(6.369)	-	-
Dividendos	1.703	-	-	-
Propriedade para investimento	(9.239)	(32.460)	(9.969)	(33.322)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(102.423)	(288.016)	(105.297)	(278.884)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	57.343	40.000	57.343	40.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	165.470	-	165.470
Empréstimos obtidos com partes relacionadas	-	74.410	-	74.410
Empréstimos liquidados com terceiros	(1.950)	(2.433)	(1.950)	(2.433)
Custos de transação	(13.863)	(30.555)	(13.863)	(30.555)
Juros pagos	(299)	(249)	(299)	(249)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	41.231	246.643	41.231	246.643
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(10.461)	(70.752)	(13.434)	(63.512)
Caixa e equivalentes no início do período	22.941	93.693	34.099	97.611
Caixa e equivalentes no fim do período	<u>12.480</u>	<u>22.941</u>	<u>20.665</u>	<u>34.099</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Porto do Açú Operações S.A. (“Porto do Açú” ou “Companhia”), anteriormente denominada LLX Açú Operações Portuárias S.A., situada à rua do Russel, 804, 5º andar, Glória, Rio de Janeiro, foi constituída em 11 de abril de 2007 com o objetivo de desenvolver e operar atividades de logística e infraestrutura integradas principalmente no setor portuário, por meio do Porto do Açú, que está localizado no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro, no Município de São João da Barra, a 45 km da cidade de Campos dos Goytacazes. Trata-se de um Porto privativo de uso misto dentro do conceito de porto-indústria, com calado de profundidades entre 10 e 25 metros. O Porto do Açú possui um Terminal *Offshore* (T1) e um Terminal *Onshore* (T2), que juntos podem totalizar 17 km de cais, com capacidade de receber navios de grande porte (atualmente Capesize e futuramente Very Large Crude Carriers (“VLCCs”). A Companhia é uma subsidiária integral da Prumo Logística S.A. (“Prumo”).

A Porto do Açú conta com uma área de aproximadamente 9 mil hectares, destinada ao complexo industrial, tendo além disso, construído um canal *onshore* de 300 metros de largura e 6,5 quilômetros de extensão com profundidade de até 14,5 metros, no qual foi implantado um terminal para movimentação de cargas diversas. A empresa atualmente está dividida em duas linhas de negócio: (i) aluguel de áreas, que conta com clientes como National Oilwell Varco (NOV), Technip, Wärtsilä, InterMoor, Edison Chouest, BP Prumo, Ferroport, Açú Petróleo e Dome, já instalados e em operação, e (ii) terminal multicargas (“*T-Mult*”), operado pela própria empresa, que tem como principal cliente a Votorantim Metais, com a prestação de serviços de movimentação de bauxita, carvão e coque e aluguel de cais para a manutenção de sondas da indústria de petróleo.

A Porto do Açú iniciou em 2011 a sua atividade de arrendamento de retroárea e, em novembro de 2014, iniciou também suas operações portuárias no canal do terminal T2.

Em 23 de janeiro de 2017, o T-Mult recebeu duas sondas semissubmersíveis de águas profundas simultaneamente e passam por serviços de manutenção e de apoio de rotina. As duas sondas estavam apoiando a campanha exploratória da Petrobras, que permanecem no T-Mult até hoje.

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 3 de junho de 2015, a Porto do Açu assinou contrato com a BG E&P Brasil Ltda. ("Shell") para a operação de transbordo de petróleo. A Açu Petróleo, controlada da empresa Prumo, é parte interveniente do referido contrato, que lhe será oportunamente cedido após a transferência de todas as licenças e autorizações relacionadas à operação desse terminal.

O acordo prevê que a Shell utilize a infraestrutura e os serviços do Açu por 20 (vinte) anos em regime de *take-or-pay*, a fim de transferir um volume médio de até aproximadamente 200,000 (duzentos mil) barris por dia, de acordo com o crescimento previsto no seu cronograma de produção.

Entre o final de fevereiro e início de março de 2017, o *T-Mult* movimentou pela primeira vez carga de carvão siderúrgico. Foram realizadas três operações no terminal para a Gerdau, somando 100 mil toneladas do material. A carga foi desembarcada de navios do tipo Handymax, que seguiram para a Siderúrgica Ouro Branco, em Minas Gerais.

Em março de 2017, a TSHD Leiv Eiriksson, considerada uma das duas maiores dragas do mundo, chegou no último mês ao Porto do Açu para se juntar a outras três TSHDs na operação de aprofundamento do *T-Oil*. Essa embarcação tem 223 metros de comprimento e 46 mil m³ de capacidade de cisterna, sendo três vezes maior que as outras três já em operação no Porto. As quatro dragas de sucção estão operando no canal de acesso ao T1, na bacia de evolução do terminal e nas bacias de atracação de dois dos três berços do *T-Oil*.

Em abril de 2017, a Porto do Açu fechou a primeira operação com a CRH Brasil Ltda. para importação de coque através do T-Mult do Porto do Açu, movimentando 46 mil toneladas.

Em 19 de maio de 2017, a Prumo comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que em continuidade ao fato relevante publicado em 04 de dezembro de 2014, sua subsidiária Porto do Açu, diante da opção da Marca Construtora e Serviços Ltda. ("Marca") pelo não prosseguimento da implantação de uma unidade de coleta, tratamento e disposição de resíduos no Porto do Açu, as partes assinaram um instrumento de distrato referente à locação da área ao final do canal do Terminal 2.

Em 22 de maio de 2017, a Prumo comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que em continuidade ao fato relevante de 25 de abril de 2017, sua subsidiária Porto do Açu assinou contrato definitivo com a TRX Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("TRX") para o desenvolvimento e implantação de um Condomínio Logístico no Complexo Industrial do Porto do Açu. O contrato definitivo prevê algumas condições precedentes a serem cumpridas por ambas as partes.

O Condomínio Logístico e Industrial será composto por pátios e galpões, modulares e *built to suit*, que já contarão com infraestrutura básica e que se beneficiarão dos serviços compartilhados do Condomínio, tais como portaria, segurança, limpeza, dentre outros. Para a implementação do empreendimento, a Porto do Açu disponibilizará uma área de até 208.321 m² e a TRX será responsável pelo desenvolvimento, com investimento inicial garantido de cerca de R\$30 milhões e potencial crescimento conforme a ocupação da área.

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional—Continuação

Em 04 de setembro de 2017, a Controladora Prumo recebeu carta da BG E&P Brasil Ltda. ("Shell"), se recusando a cumprir obrigações contratuais, incluindo o pagamento de faturas devidas por serviços prestados e, portanto, em violação às obrigações de take-or-pay estabelecidas no Contrato de Serviços de Transbordo de Petróleo ("Contrato"), assinado em 3 de junho de 2015. O fato mencionado acima, foi em decorrência de, em 4 de maio de 2017, durante a 19ª operação *ship-to-ship* de transferência de petróleo no Açu, ter ocorrido um incidente que resultou em um vazamento de petróleo, que foi prontamente contido pelo sistema de resposta de emergência do terminal.

O incidente foi posteriormente considerado como tendo sido causado por um defeito de fabricação de equipamentos de terceiros. O volume de resíduos relativamente pequeno (em comparação com os volumes globais da operação) foi limpo em uma questão de horas e de acordo com os procedimentos de segurança

As agências governamentais aplicáveis foram devidamente notificadas, inspeções foram realizadas e o terminal foi liberado para continuar suas operações.

Embora o objetivo final do Açu seja evitar qualquer tipo de incidente desta natureza sem exceção, os riscos de ocorrência de tais incidentes são inerentes às operações de transferência *ship-to-ship* de petróleo, sejam elas realizadas de forma abrigada no Açu, sejam elas realizadas em mar aberto ou por quaisquer outros meios.

Como resultado do incidente, os procedimentos de resposta ao derramamento de óleo, assim como os mecanismos de proteção ambiental do Açu, foram testados e efetivamente aprovados. É importante ressaltar que tanto o Contrato quanto a legislação governamental vigente consideram os riscos de tais incidentes e que o Açu cumpriu plenamente com todas as normas relevantes em atendimento a esses requisitos.

O equipamento defeituoso foi posteriormente substituído e o Açu ficou liberado e disponível para realizar operações e cumprir com suas obrigações contratuais de acordo com a regulamentação. A Shell foi devidamente informada, no devido tempo, sobre tais procedimentos, assim como sobre a prontidão do terminal para operar.

A Shell, desde então, decidiu unilateralmente não demandar os serviços do Açu, previstos em Contrato, apesar da disponibilidade comprovada do terminal para cumprir com o Contrato. A Shell também não cumpriu suas obrigações de *take or pay* ao não pagar as faturas devidas desde junho de 2017.

Em 07 de novembro de 2017, a Açu Petróleo, a Porto do Açu e a Shell, assinaram um instrumento de transação, no qual as pendências técnicas e comerciais relacionadas ao acidente ocorrido foram resolvidas. O acordo prevê o cancelamento das faturas referentes às obrigações de take-or-pay desde a data do incidente até 31 de outubro de 2017, e de outras obrigações pleiteadas pela Shell em decorrência do incidente. Com a celebração do Acordo, as operações de transbordo de petróleo com a Shell no terminal foram retomadas em dezembro de 2017, assim como o pagamento das operações, no regime de take-or-pay, nos termos e condições previstos no Contrato.

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 2017, o *T-Mult* movimentou 183,8 mil toneladas de carvão siderúrgico/antracito, 148,7 mil toneladas de coque, 42,7 mil toneladas de bauxita e 5,3 mil toneladas de equipamentos.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou prejuízo consolidado de R\$858.666 e capital circulante consolidado positivo de R\$54.589.

A Administração possui como estratégia financeira de curto prazo, buscar formas de obtenção de recursos para a conclusão das obras em andamento e o prosseguimento da implementação do plano de negócios.

Port of Antwerp

Em 24 de julho de 2017, a Porto do Açu e a Port of Antwerp International NV ("PAI"), uma subsidiária do Porto de Antuérpia, firmaram uma parceria constituída pela assinatura de um Contrato de Consultoria e um investimento regulado através de um Contrato de Investimento e de um Acordo de Acionistas ("Acordos Definitivos"), nos seguintes principais termos:

- a) Contrato de Consultoria: através do qual a PAI prestará serviços de consultoria à Porto do Açu, por um período de 10 anos, com o enfoque no desenvolvimento comercial e operacional do projeto do Porto do Açu. Como contrapartida aos serviços de consultoria, o Porto do Açu pagará à PAI, em 10 anos, o valor total estimado de US\$7.800. Este montante total deve ser aumentado para US\$ 16.400 em caso de implementação do investimento opcional pela PAI conforme detalhado abaixo. De acordo com o Contrato de Consultoria, a PAI terá o direito de indicar até 4 pessoas para integrar a equipe da Porto de Açu em nível executivo/gerencial.
- b) Contrato de Investimento: por meio do qual, uma vez cumpridas algumas condições precedentes, a PAI deverá subscrever novas ações emitidas pela Porto do Açu no montante de US\$10.000, representativas de 1,176% do seu capital social ("Investimento inicial"). De acordo com o Contrato de Investimento, a PAI também tem a opção de subscrição, a ser exercida dentro do prazo de 18 meses contados da assinatura do Contrato de Investimento, de ações adicionais no valor de US\$10.000, representando adicionais 1,176% de participação no capital social da Porto do Açu ("Investimento Opcional"); e
- c) Acordo de Acionistas: sujeito à implementação do investimento inicial, por meio do qual a PAI assumirá determinados direitos de governança, como o de nomear um membro do Conselho de Administração na Porto do Açu e o direito de veto sobre certos assuntos como, por exemplo, as transações com partes relacionadas e o desenvolvimento de novos negócios. A parceria estabelecida com a assinatura dos três acordos acima mencionados tem o potencial de impulsionar o desenvolvimento do complexo industrial do Porto do Açu em toda a rede global de relacionamentos da PAI, permitindo que o Porto do Açu se beneficie da extensa experiência comercial adquirida em mais de 200 anos de administração portuária, através do intercâmbio pessoal, com o objetivo de capacitar pessoas e promover excelência nas atividades comerciais e operacionais do Porto do Açu.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Análise de *impairment*

A Companhia revisa trimestralmente a existência de indicadores de perda ao valor recuperável dos ativos e, em 31 de março de 2017, decidiu constituir provisão para perda no montante de R\$10.961, relativos ao empréstimo (“DIP”) concedido a OSX, ante a incerteza do sucesso do plano de recuperação judicial da OSX, conforme Nota explicativa nº 13 - Debêntures.

Adicionalmente, conforme Nota explicativa nº 17 - Imobilizado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, devido à deterioração das condições econômicas do País, associada entre outros fatores, à queda nos preços de *commodities*, aumento da percepção de risco, que provocou a retração das atividades de diversos segmentos industriais que são clientes-alvo do Açú, a Administração constituiu provisão para redução do valor recuperável dos ativos (“*impairment*”) da unidade geradora de caixa (“UGC”) *Industrial Hub/T-Mult* no montante de R\$128.354, na controlada direta Porto do Açú.

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Licenças e autorizações

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Porto do Açu	Aprovando a concepção e localização das estruturas de uso comum do Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB), que contemplarão: sistema rodoferroviário, rede de microdrenagem, rede de canais de macrodrenagem, implantação do canal Campos-Açu no trecho Quitungute - UCN, rede elétrica, estrutura de captação de água rio Paraíba do Sul e adutora, sistema de reservação, tratamento e distribuição de água, sistema de esgotamento sanitário com coleta, tratamento e disposição final via emissário submarino, sistema de emissário terrestre e submarino, corte e aterro, loteamento e arruamentos, projeto urbanístico e paisagístico. (*)	LP nº IN021311 AVB002637	30/10/2012	30/10/2017
Porto do Açu	Autorização ambiental para execução de planos de manejo, conservação de fauna para espécies ameivula littoralis, anhinga, mimus gilvus e Sporohila collaris.	AA nº IN000133	28/11/2016	28/11/2018
Porto do Açu	Licença de instalação que autoriza a implantação do pátio logístico, compostos por pátios de granéis sólidos, para armazenamento de rochas ornamentais, produtos siderúrgicos, contêineres e infraestrutura de apoio, unidades de apoio, sistema de dragagem para área do retroporto, unidade de tratamento de petróleo ("UTP") para comercialização e exportação de petróleo através dos terminais marítimos licenciados no T1, denominados TPET-I e TPET-II e, em conjunto, denominado <i>T-Oil</i> , incluindo a estocagem e processamento de óleo, com tubulação específica para movimentação de petróleo entre a UTP e os referidos terminais marítimos, bem como a instalação da infraestrutura nesses terminais destinadas à atividade de transferência de petróleo entre navios acostados em todos os berços do <i>T-Oil</i> e a transferência de petróleo entre navios acostados e a contrabordo (" <i>ship to ship</i> ").	LI nº IN030949	22/06/2015	22/06/2018
Porto do Açu	Autorização ambiental que permite a atividade de monitoramento da biota aquática, na área de influência do empreendimento e nas águas marinhas.	AA nº IN034383	24/05/2016	24/05/2018
Porto do Açu	Autorização ambiental que permite o fundeio de plataformas e embarcações <i>offshore</i> na área do T2 e sua atracação nos molhes norte e sul deste mesmo terminal.	AA nº IN039353	19/04/2017	19/04/2019
Porto do Açu	Autorização da extração de água bruta em poço tubular, com finalidade de uso industrial (usina de concreto) e outros usos (umectação de vias) na Região hidrográfica RH-IX - Baixo Paraíba do Sul	OUT nº IN022389	04/02/2013	04/02/2018
Porto do Açu	Licença de operação que autoriza o <i>T-Mult</i> dedicado à movimentação de granéis sólidos (carvão/coque e bauxita) e carga geral (blocos de granito, contêineres e cargas de projetos).	LO nº IN034002 AVB003515	15/04/2016	15/04/2023
Porto do Açu	Para a implantação do Terminal Sul, planta portuária destinada à movimentação de cargas e produtos para importação e exportação (granéis sólidos e líquidos de diversas naturezas, carga geral e cargas de projeto), com supressão de vegetação nativa de 0,7 ha de eucaliptos encontrados na área de intervenção e realizar captura, transporte e monitoramento de fauna silvestre. (*)	LI nº IN023176 AVB002036 AVB002728 AVB002866	17/05/2013	17/05/2017
Porto do Açu	Aprovando a concepção, localização e implantação de infraestrutura do Terminal Sul (TSUL), que compreende a pavimentação de vias, edificação da portaria principal, implantação da rede de drenagem e de distribuição de água, situado na fazenda Saco Dantas. (*)	LPI nº IN028199	25/09/2014	31/12/2015
Porto do Açu	Autoriza a extração de água subterrânea para finalidade de consumo e higiene humana e irrigação. (*)	OUT nº IN001541	23/03/2010	22/03/2015
Porto do Açu	Aprova a área de reserva legal da matrícula 7.096 de SJB.	CA nº IN018822	27/01/2012	Indeterminado
Porto do Açu	Aprova a área de reserva legal da matrícula 4.812 de SJB.	CA nº IN018820	27/01/2012	Indeterminado
Porto do Açu	Autorização Ambiental nº IN000327 aprovando o manejo da biota aquática, localizado na Fazenda Saco Dantas, município São João da Barra.	AA nº IN000327	16/05/2017	16/05/2019
Porto do Açu	Autorização para a extração de água bruta subterrânea em 02 (dois) poços tubulares, com a finalidade de uso industrial (sistema de	OUT nº IN028801	13/11/2014	13/11/2019

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
	resfriamento, aspersão de pilhas de carvão e coque, fabricação de lama de perfuração), e outros (limpeza de dependências).			
Porto do Açu	Autorização da extração de água bruta em poço tubular, com finalidade de uso industrial e outros usos na Região hidrográfica RH-IX - Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.	OUT nº IN038837	02/03/2017	02/03/2022
Porto do Açu	Licença Prévia aprovou a concepção e localização para a dragagem de aprofundamento do canal de acesso marítimo do Terminal 1 de -21,00 m (DHN) para -25,00 m (DHN), alargamento em 50 metros, aumento de comprimento em 6,13 km e disposição de sedimentos em bota-fora marinho com 3,590 km de largura por 14,577 km de comprimento (coordenadas UTM: 311305, 7581580; 325882, 7581580; 311305, 7577990 e 325882, 7577990).	LP nº IN034832	21/06/2016	21/06/2018
Porto do Açu	Licença de Instalação autorizou a atividade de dragagem e aprofundamento do canal de acesso marítimo do Terminal 1 de -21,00 m (DHN) para -25,00 m (DHN), alargamento em 50 metros, aumento de comprimento em 6,13 km e disposição de 37.507.600 m ³ de sedimentos em bota-fora marinho com 3,590 km de largura por 14,577 km de comprimento (coord. UTM: 311305, 7581580; 325882, 7581580; 311305, 7577990 e 325882 7577990).	LI nº IN037524	16/11/2016	16/11/2019
Porto do Açu	Licença Prévia e de Instalação aprovou a concepção, localização e implantação de um pier de atracação para unidade flexível de transferência de gás natural liquefeito. A referida licença teve seu prazo prorrogado através da AVB002868. Ocorre que a mencionada AVB veio com erro material e está sendo devidamente corrigida no INEA.	LPI nº IN021739 AVB002714 AVB002868	10/12/2012	10/12/2018
Porto do Açu	Licença de Instalação LI nº IN027911 e AVB 2673, aprovando o circuito duplo de transmissão de energia elétrica de 345KV, com extensão de 58 km, com subestação de energia e supressão de vegetação nativa em área de 1,42 ha de restinga.	LI nº IN027911 AVB002673 AVB003298	05/04/2015	24/04/2018
Porto do Açu	Licença de Instalação LAS aprovou a localização, implantação e operação da Linha de Distribuição, de 138 kv, que interligará a Linha de Transmissão Minas Rio e Subestação Açu, com 1,7 km de extensão e seis torres, com faixa de servidão de 20 metros.	LAS nº IN027539 AVB002722	17/07/2014	17/07/2018
Porto do Açu	Licença de Instalação LI nº IN042068 aprova a implantação de um canal de navegação, composto por um canal de acesso marítimo (<i>offshore</i>) e um canal de atracação (<i>onshore</i>) e implantação das estruturas de cais, guias correntes e pier.	LI nº IN042068	13/11/2017	13/11/2021
Porto do Açu	Autorização Ambiental para manejo da biota aquática (marinha e limnológica).	AA nº IN000326	16/05/2017	16/05/2019
Porto do Açu	Aprovou a concepção e localização do Terminal Sul. (*)	LP nº IN018985	16/02/2012	16/02/2015
Porto do Açu	Autorização Ambiental autorizou a realização de operações de abastecimento de embarcações (<i>bunkering</i>) com óleo diesel marítimo na área 4 (<i>onshore</i>) do canal do Terminal Sul do Porto do Açu.	AA nº IN034645	09/06/2016	09/06/2018
Porto do Açu	Licença Prévia e de Instalação aprova a concepção, localização e implantação de dois depósitos (2 e 7) de apoio terrestre para disposição do material dragado do canal de acesso da Unidade de Construção Naval do Açu, com supressão de vegetação nativa de 14,11 ha de restinga e o corte de vegetação exótica em uma área de 2,67 ha cobertos por cercas vivas de espécie <i>Euphorbia tirucalli</i> , localizado na Rodovia RJ 240 - Açu, Distrito Industrial, Município São João da Barra.	LPI nº IN030901	29/06/2015	29/06/2018
Porto do Açu	Licença Prévia e de Instalação aprova a fabricação, montagem e lançamento de estruturas do tipo riser, destinadas às instalações marítimas de produção de petróleo, incluindo autorização pa supressão de vegetação nativa de 10,5 hectares	LPI nº IN031304	31/07/2015	31/07/2018
Porto do Açu	Autorização para taponar um poço tubular, por estar em desuso, localizado na comunidade Vila da Terra, lote 115, distrito de Barcelos, S. João da Barra.	AA nº IN038462	30/01/2017	30/01/2018

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Porto do Açú	Autorização para perfurar 15 poços de aproximadamente 10 metros de profundidade cada, para extração de água subterrânea em aquífero sedimentar, com finalidade de uso agrícola, localizados na RH IX - Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.	AA nº IN039654	09/05/2017	09/05/2018
Pedreira Sapucaia	Implantação das atividades de britagem e extração mineral de granito, para uso na construção civil, em uma jazida inserida em 2 poligonais que totalizam 73,05 ha, processos DNPM 890.220/11 e 890.187/11, cuja frente de lavra efetiva corresponde a 19,89 ha, georreferenciada através das coordenadas UTM (WGS 84) 24K 242.828 m E e 7.602.575 m N. O beneficiamento do minério será realizado em duas centrais de britagem, com capacidade total de 600 t/h. (*)	LPI nº IN018049 AVB001088	04/11/2011	04/11/2014
Pedreira Sapucaia	Atividade de extração mineral de granito em blocos, para uso na construção civil, em uma frente de lavra de 5,06 ha, inserida em área de 21,8 há. (*)	LO nº IN016484 AVB001187 AVB001426	02/05/2011	02/05/2016
Reserva Ambiental	Certidão atestando a inexigibilidade de licença para consultoria com objeto de elaboração e execução de projeto de recuperação, restauração e recomposição florestal.	CA nº IN022772	26/03/2013	Indeterminado

(*) Estão em processo de renovação

3. Empresas do grupo

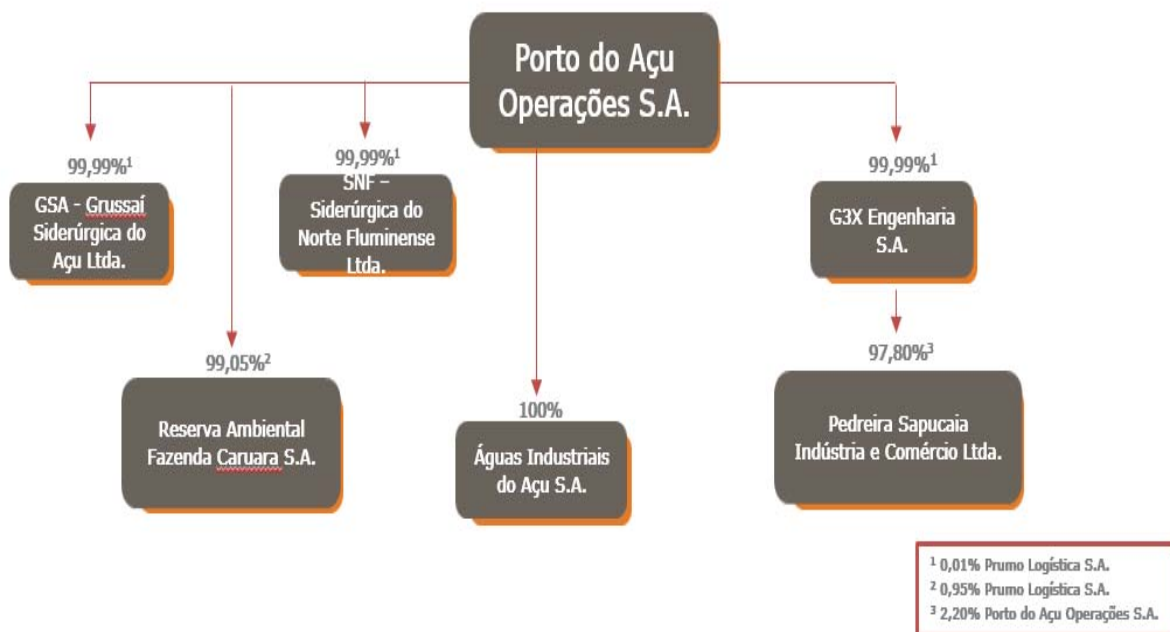
	País	Participação acionária	
		2017	2016
Controladas diretas:			
G3X Engenharia Ltda. ("G3X")	Brasil	99,99%	99,99%
Águas Industriais do Açú S.A. ("Águas Industriais", antiga EBN)	Brasil	100,00%	100,00%
GSA - Grussaí Siderúrgica do Açú S.A. ("GSA")	Brasil	99,99%	99,99%
Reserva Ambiental Fazenda Caruara S.A. ("Reserva Ambiental Caruara")	Brasil	99,05%	98,96%
Siderúrgica do Norte Fluminense S.A. ("SNF")	Brasil	99,99%	100,00%
Controlada indireta:			
Pedreira Sapucaia Indústria e Comércio Ltda. ("Pedreira Sapucaia")	Brasil	97,80%	97,88%
Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado LLX 63	Brasil	99,99%	99,99%

Porto do Aço Operações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Empresas do grupo --Continuação



Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e incluem o ativo diferido da Companhia, portanto, estas demonstrações financeiras individuais em BR GAAP não estão de acordo com o IFRS. A diferença entre o patrimônio líquido individual e o consolidado está relacionada ao referido ativo diferido, que foi reconhecido em prejuízos acumulados no patrimônio líquido consolidado quando da adoção inicial do IFRS e a amortização desse ativo diferido vem sendo reconhecido no resultado do exercício da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016 e 2017, não há diferença entre o patrimônio líquido da controladora e do consolidado em função da provisão para redução ao valor recuperável do ativo (impairment), conforme mencionado na nota explicativa 17.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em 21 de março de 2018. Desta forma, estas demonstrações financeiras consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre as mesmas até a referida data.

As principais políticas contábeis descritas em detalhe em parte dos itens abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras pelas entidades controladas pela Companhia.

b) Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros, que foram mensuradas pelo valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras—Continuação

d) Uso de estimativas e julgamentos

Julgamentos, estimativas e premissas são utilizados para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos nas informações intermediárias da Companhia. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem a avaliação de vida útil do ativo imobilizado, a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados, intangíveis e propriedades para investimento pelas respectivas unidades geradoras de caixa, a avaliação do valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para contingências, instrumentos financeiros, dentre outros.

A liquidação futura das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhe abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e pelas entidades do Grupo.

a) Consolidação

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas, descritas na Nota explicativa 3 - Empresas do Grupo.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação das controladas

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital, nas reservas e nos lucros (prejuízos) acumulados das empresas controladas;

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Consolidação--Continuação

Descrição dos principais procedimentos de consolidação das controladas--Continuação

- A participação dos acionistas não controladores, que representa a parcela do resultado do exercício e patrimônio líquido que não são detidos pela Porto do Açú, é apresentada separadamente da demonstração do resultado consolidada e dentro do grupo de patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado, em separado do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora;

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais, Real, das entidades controladas pela Porto do Açú pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Os ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda Real utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos respectivos balanços patrimoniais e os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio ao final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ativos e passivos não monetários são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira e são convertidos pela taxa de câmbio na data de transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Aplicações financeiras com vencimento acima de três meses encontram-se classificados como títulos e valores mobiliários.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros*

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, ou empréstimos e recebíveis, ou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando eles se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, podendo ser feita da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição, taxas ou outros custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Instrumentos financeiros---Continuação

(i) *Ativos financeiros*---Continuação

Perdas por redução de valor recuperável de ativos financeiros ao custo amortizado

A Porto do Açú inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro. Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando aplicável, o valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse", e tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

(ii) *Passivos financeiros*

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou como outros passivos financeiros. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. A Companhia não possui passivos financeiros classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis—Continuação

d) Instrumentos financeiros---Continuação

(ii) *Passivos financeiros*--Continuação

Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada ou cancelada, ou quando expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iii) *Valor justo de instrumentos financeiros*

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos---Continuação

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Porto do Açú e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

f) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

g) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de eventuais perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta.
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração.
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis—Continuação

g) Imobilizado--Continuação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, da data em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização nos propósitos da Administração.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos anualmente, e em função disso, eventuais ajustes podem ser reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A Companhia classifica como obras em andamento todas as obras civis ocorridas durante a fase de construção e instalação até o momento em que entram em operação, quando são reclassificadas para as contas correspondentes de bens em operação.

h) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

i) Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A Administração da Companhia optou por classificar a propriedade para investimento pelo custo desde o seu reconhecimento inicial.

O custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. Pode ser composto de juros capitalizados decorrentes dos empréstimos, gastos com material e mão de obra direta ou qualquer outro gasto diretamente atribuível a essa propriedade, desde que seja necessário para colocá-la em condição de uso conforme o seu propósito.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida é vendida, os respectivos montantes reconhecidos em ajuste de avaliação patrimonial são transferidos para lucros (prejuízos) acumulados.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis—Continuação

i) Propriedade para investimento--Continuação

Quando a utilização da propriedade mudar de tal forma que ela seja reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação será seu custo para a contabilização subsequente.

Conforme CPC 28 - Propriedade para investimento, a Companhia divulga o valor justo dos terrenos destinados ao arrendamento.

j) Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros com vida útil definida são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao calcular o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita as condições de mercados vigentes quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a outros ativos (exceto ágio) é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação dos mesmos.

l) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Transações de pagamento baseado em ações

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e as condições de aquisição (não de mercado) serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e às condições de aquisição (não de mercado) na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis—Continuação

l) Benefícios a empregados--Continuação

Transações de pagamento baseado em ações--Continuação

Opções anuladas (forfeiture)

Quando ocorrer o não cumprimento da condição de aquisição, que nos casos de ambos os planos existentes, resume-se ao outorgado permanecer na Companhia por um pré-definido período de tempo (*vesting period*), a despesa previamente reconhecida, associada à parcela dos vestings futuros, é estornada a crédito de resultado e débito de reserva de capital. Os efeitos dos saldos acumulados em Reserva de Capital são reclassificados para a Reserva de Lucros/Prejuízos acumulados.

Opções canceladas

Quando opções de ações são canceladas por parte da Companhia o pro rata futuro é reconhecido imediatamente no resultado do exercício, exceto quando o cancelamento da outorga ocorrer por decaimento do direito de aquisição, quando as condições de aquisição de direito não forem cumpridas.

Exercício das opções

Quando do exercício das opções por parte dos beneficiários, os respectivos valores justos acumulados na Reserva de Capital são reclassificados para a Reserva de Lucros.

m) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

m) Provisões -- Continuação

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

n) Receita operacional

(i) Receitas de cessão onerosa do direito real de superfície ou equiparáveis a atividade de arrendamento

A receita de cessão onerosa do direito real de superfície ou acordo equiparável referente às propriedades para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo contratual. Eventuais incentivos concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de cessão do direito real de superfície pelo período contratado.

(ii) Serviços portuários

A receita de serviços portuários é reconhecida pelo regime de competência, conforme a prestação do serviço.

o) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os recursos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis—Continuação

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões, conforme determinado pela legislação fiscal vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o seu respectivo valor contábil, e sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Os ativos de imposto de renda e contribuição diferidos são revisados trimestralmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

q) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas possíveis do risco envolvido.

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito for considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

- r) Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros):

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 48 em correlação à norma IFRS9. Esta substituirá o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39) e traz como principais modificações: (i) requerimentos de impairment para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos de contabilidade de hedge (hedge accounting) menos rigorosos. O CPC 48, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Administração da Companhia e de suas controladas fizeram análise preliminar dos seus ativos e passivos financeiros e não identificaram impactos significativos da adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2018.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras --Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis—Continuação

- r) Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017----Continuação

IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes (CPC 47 - Receita de contrato com clientes):

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

A Companhia fez a avaliação dos efeitos que este pronunciamento pode trazer nas demonstrações financeiras atuais, e concluiu que não haverá mudanças relevantes. A Companhia está atualmente realizando uma avaliação detalhada do eventual impacto nas informações financeiras trimestrais.

IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (ainda não tem o CPC equivalente emitido):

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. Substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

- r) Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017--Continuação

IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (ainda não tem o CPC equivalente emitido) - Continuação

A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção da IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção da IFRS 16 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e de quaisquer arrendamentos adicionais que a Companhia vier a celebrar.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento Baseado em Ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, conforme descrito anteriormente, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

a) Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos	3.394	15.037	3.547	15.342
Equivalentes de caixa				
Operações compromissadas	1.178	5.358	2.218	12.715
CDBs	7.908	2.276	14.900	5.402
Outros	-	270	-	640
	9.086	7.904	17.118	18.757
	12.480	22.941	20.665	34.099

As aplicações financeiras referem-se em parte às cotas de Fundos de Investimento, que têm em sua carteira ativos de liquidez imediata e baixo risco de mercado.

As aplicações são mantidas e gerenciadas por meio de Fundos de Investimento dos Bancos Bradesco e Santander, que contemplam operações compromissadas em títulos privados (Debêntures ou Certificado de Depósito Bancário - "CDB") emitidos por empresas e instituições financeiras de primeira linha, a taxas de mercado e com rentabilidade média vinculada ao DI CETIP ("CDI").

b) Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Títulos públicos	2.735	-	5.154	-
	2.735	-	5.154	-

Os títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional foram adquiridos através do Fundo Exclusivo no Bradesco. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e são apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização no curto prazo.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, com base nas taxas futuras de papéis similares.

Conforme determinação da Instrução CVM 408/05, as informações consolidadas incluem os saldos e as transações do fundo de investimento exclusivo, cujos quotistas são a Companhia e suas controladas.

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Depósitos bancários vinculados

	Consolidado	
	2017	2016
Porto do Açu (*)	6.741	8.762
GSA	20	76
	6.761	8.838
Circulante	53	254
Não circulante	6.708	8.584

(*) Depósito de recursos no Banco Santander realizados pela Porto do Açu que consistem em obrigação de compensação ambiental fixada no âmbito da licença de instalação n. IN023176, e somente poderão ser utilizados para investimentos em ações e projetos socioambientais previamente aprovados pela Secretaria de Estado do Ambiente e do Instituto Estadual do Ambiente, conforme previsto no Termo de Compromisso n. 03/2014.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Clientes

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Cessão do direito real de superfície	79.299	65.636	79.299	65.636
Serviços portuários (a)	8.018	8.877	8.018	2.083
Serviço de transbordo de petróleo	16.573	-	16.573	6.794
Serviço de transporte (b)	5.092	-	5.092	-
Reembolso de energia	18	630	18	630
Fornecimento de água	-	-	3.910	-
	109.000	75.143	112.910	75.143
Circulante	50.895	13.789	54.805	13.789
Não circulante	58.105	61.354	58.105	61.354

a) Serviços portuários compreendem armazenagem de cargas soltas, cargas de projetos, de granéis sólidos, pesagem e serviços de recepção; e

b) Serviços de transporte com atividades de descarga e transporte de carvão siderúrgico.

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imposto sobre serviços ("ISS")	2.609	-	2.609	-
Imposto s/circulação mercadorias ("ICMS")	1.031	-	1.031	-
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	792	4.303	1.835	5.333
Programa de integração social ("PIS")	6.400	9.706	6.400	9.706
Contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS")	28.041	43.924	28.041	43.924
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	-	-	985	14
Outros	40	79	57	84
	38.913	58.012	40.958	59.061
Circulante	36.310	16.009	38.355	17.058
Não circulante	2.603	42.003	2.603	42.003

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Impostos diferidos

A Companhia apurou Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL no ano calendário de 2014, considerando os critérios da Lei nº 6.404/76 antes das alterações das Leis nos 11.638/07 e 11.941/09. A confirmação da opção pelo regime do lucro real ocorreu desde o ano-calendário de 2008. A adoção pelo regime tributário de transição (RTT) foi obrigatória desde a vigência da Lei nº 11.941/09, ou seja, ano-calendário de 2010.

Com o advento da Lei nº. 12.973, foi revogado o regime tributário de transição (RTT), tornando obrigatória, a partir do ano-calendário de 2015, a adoção do novo regime tributário. Os saldos constituídos até 31 de dezembro de 2014 serão amortizados pelo prazo de 10 anos, a partir do ano calendário de 2015.

A Companhia e suas controladas registram o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos à alíquota de 34%. A legislação fiscal brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indefinido; no entanto, esta compensação é limitada a 30% do lucro tributável de cada período de apuração.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado e atualizado periodicamente, enquanto que as projeções são atualizadas anualmente, a não ser que ocorram fatos relevantes que possam modificá-las.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto diferido ativo				
Prejuízos fiscais	256.881	256.881	257.221	257.241
Base negativa de contribuição social	92.477	92.477	92.600	92.607
Ajuste Lei nº 11.638/07 - RTT (a)	57.354	68.040	57.395	68.086
Provisão para gratificação/bonus	1.363	355	1.363	355
Provisão para devedores duvidosos	15.492	11.765	15.492	11.765
Provisão contingências	109	83	109	83
Provisão outras taxas	2.666	2.666	2.666	2.666
Provisão para perda em investimentos	45.883	45.883	53.000	53.000
Outros	4	4	4	4
Total de créditos fiscais diferidos ativos	472.229	478.154	479.850	485.807
Provisão para realização				
IR diferido não reconhecido - <i>valuation allowance</i> (b)	(203.165)	-	(210.786)	(7.653)
Total de impostos diferidos ativos	269.064	-	269.064	478.154
Diferença temporária - juros capitalizados	(48.394)	(54.318)	(48.394)	(54.318)
Total de impostos diferidos	220.670	423.836	220.670	423.836

- (a) Refere-se à constituição do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre diferença de tratamento contábil-fiscal sobre o ativo diferido originado a partir de 1º de janeiro de 2009. Enquanto para fins contábeis as despesas consideradas pré-operacionais são reconhecidas no resultado, para fins fiscais são tratadas como se ativo diferido fossem.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Impostos diferidos---Continuação

(b) Trata-se de IR diferido não reconhecido decorrente de prejuízo fiscal e base negativa, além da controladora, proveniente das controladas G3X, GSA, Águas Industriais, e SNF em função da ausência de expectativa concreta de resultados tributáveis futuros.

Adicionalmente, partir de 1º de janeiro de 2017, a controlada Porto do Açú passou a constituir provisão para perda de créditos fiscais referente ao imposto diferido apurado a partir desta data e em 31 de dezembro de 2017 constituiu uma provisão para perda adicional no montante de R\$203.165 referente a créditos reconhecidos em exercícios anteriores. Esta provisão será revertida na medida em que a sua realização for provável.

11. Depósitos restituíveis

	2016	Adição	Baixas (recebimentos)	Provisão para perdas de depósitos restituíveis	Atualização monetária	2017
Porto do Açú	87.619	-	(3.994)	(66.908)	3.148	19.865
	87.619	-	(3.994)	(66.908)	3.148	19.865

A partir de julho de 2011, a Porto do Açú passou a adquirir dos proprietários e/ou possuidores de imóveis desapropriados pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro ("CODIN") os direitos sobre as áreas por eles ocupadas. O objetivo é auxiliar os ocupantes que concordam com os valores de avaliação da CODIN a receberem suas indenizações, tendo em vista a precariedade da documentação da maioria. Em razão do grande número de interessados que se apresentaram, as aquisições tiveram como consequência a aceleração na desocupação de áreas destinadas ao Distrito Industrial de São João da Barra em geral, inclusive aquelas que são objeto da Promessa de Compra e Venda da Companhia com a CODIN.

A Porto do Açú, em 2017, recuperou o montante de R\$3.994 depositado em juízo em virtude do cumprimento dos requisitos legais em dois processos envolvendo terrenos adquiridos pela Companhia no âmbito do mencionado programa.

O recebimento pela Companhia das indenizações pela CODIN nas ações de desapropriação somente ocorre quando da regularização do título de propriedade e da comprovação da quitação de dívidas fiscais com relação a cada imóvel, nos termos do art. 34 do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.

É importante ressaltar que são inúmeras as variáveis que influenciam na viabilidade de regularização dos referidos títulos de propriedade e da situação fiscal dos imóveis. Nesse sentido, tendo em vista o decurso do tempo entre as aquisições e o presente momento, observa-se um aumento na resistência dos vendedores ou seus sucessores em colaborar com o processo de regularização, inclusive com a recusa no fornecimento de documentos essenciais. Essa situação, somada à necessidade de judicialização de alguns casos, tornou indispensável a revisão da provisão de perda para que englobasse situações que possuem um processo de regularização mais complexo. Nos casos considerados remotos de recebimento foi apurado o valor de R\$66.909 entre valor de principal e atualização dos depósitos e conseqüentemente constituída uma provisão para perda nesse montante para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Depósitos judiciais

O quadro abaixo demonstra a posição dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Porto do Açú	24.047	22.504
	24.047	22.504

Em 02 de dezembro de 2010, a Porto do Açú depositou em juízo o valor de R\$8.000, para a futura aquisição do imóvel denominado Fazenda Palacete, de propriedade da Cia. Açucareira Usina Barcelos ("CAUB"), pois esta estava com pedido de recuperação judicial pendente de apreciação. O juiz determinou nova avaliação do imóvel, e requereu novo depósito adicional de R\$1.172, integralmente efetuado em 18 de setembro de 2012. O alvará judicial autorizando a venda foi expedido em setembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2017, o valor corrigido totaliza R\$14.574 (R\$14.093 em 31 de dezembro de 2016) e R\$486 referente a outros processos.

Em 2013, a Porto do Açú ingressou com ação judicial em face da União Federal com o objetivo de discutir o correto valor da remuneração pelo uso do espaço físico em águas públicas, nos termos do "Contrato de Cessão de Espaço Físico em Águas Públicas," celebrado em 06 de outubro de 2010 ("Contrato"). Na referida ação, a Porto do Açú obteve a concessão de medida liminar autorizando o depósito judicial da remuneração estabelecida no Contrato. Neste contexto, os depósitos judiciais efetuados em nome da SPU - Secretaria de Patrimônio da União, em 31 de dezembro de 2015, totalizaram R\$7.614. A ação judicial que discute o correto valor da remuneração pelo uso do espaço físico em águas públicas ainda está pendente de julgamento e os valores permanecem depositados em juízo. Em 31 de dezembro de 2017, o valor corrigido dos depósitos judiciais totaliza R\$8.987 (R\$8.411 em 31 de dezembro de 2016).

13. Debêntures

(a) Debêntures OSX

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Debêntures	659.393	659.393
DIP	10.961	10.961
Total	670.354	670.354
(-) Redução do valor recuperável de ativos ("impairment")	(10.961)	-
Total	659.393	670.354

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Debêntures---Continuação

Nos termos do plano de recuperação judicial da OSX, aprovado pela assembleia geral de credores em 17 de dezembro de 2014 e homologado pelo juiz da recuperação em 08 de janeiro de 2015, a Porto do Açú subscreveu e integralizou, com seus créditos em face da OSX, em 29 de janeiro de 2016, debêntures emitidas pela OSX no valor total de R\$723.716 nas seguintes condições:

Data de vencimento: 20 anos

Amortização do Principal: em uma única parcela, na data do vencimento

Cálculo dos juros remuneratórios: 100% do CDI

Pagamento dos juros: a partir do 6º ano

Adicionalmente, nos termos do referido plano de recuperação judicial, a Porto do Açú concedeu para a OSX, na forma de empréstimo ("DIP"), em 29 de janeiro de 2016, o valor de R\$10.961. Este valor também foi utilizado para subscrição e integralização de debêntures emitidas pela OSX.

O montante total de debêntures conforme o plano de recuperação judicial é de R\$734.677 e é composto por: (i) R\$646.886 relativos a custos relacionados à construção do canal do terminal T2; (ii) R\$10.961 relativos ao empréstimo DIP; (iii) R\$12.507 relativo à linha de transmissão; (iv) R\$34.580 referentes à cessão do direito real de superfície, cujo saldo até julho de 2014 foi provisionado para perda; e (v) R\$29.743, devidos a partir de agosto de 2014, não contabilizados por não atender os critérios de reconhecimento de receita, descritos no CPC 30 - Receita, no que tange à improbabilidade de benefícios econômicos associados a essa transação.

Caso, eventualmente, a OSX não honre o acordo, o montante de R\$646.886 de custos de construção do canal será agregado ao custo de construção do Terminal T2 e os R\$12.507 da linha de transmissão será agregado a propriedades para investimento e deverão ser futuramente recuperados por meio das respectivas operações. Conforme divulgado na Nota explicativa nº 16 - Imobilizado, estes valores foram incorporados ao teste de recuperabilidade da UGC *Industrial Hub/T-Mult*.

Ainda em face das incertezas no recebimento do valor total do crédito e de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, a Administração entende que não é adequado o reconhecimento contábil dos juros remuneratórios das debêntures, no montante aproximado de R\$258.871, até 31 de dezembro de 2017, bem como constituiu provisão para perda ao valor recuperável no montante de R\$10.961 relativos ao empréstimo DIP, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1.

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras --Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Créditos e obrigações com terceiros

(a) Créditos com terceiros

	Consolidado	
	2017	2016
Créditos com OSX	83.218	65.867
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.203)	(3.203)
	80.015	62.664
Outros	757	1.428
	80.772	64.092
Circulante	757	1.428
Não circulante	80.015	62.664

Após o acordo judicial mencionado na nota anterior, a Porto do Açu ainda pagou diretamente aos fornecedores custos relacionados à construção do canal do T2. Dessa forma, no caso da OSX não honrar essa dívida, o montante de R\$50.135 (R\$41.584, líquido de obrigações com terceiros mencionadas abaixo e da provisão para perdas referente a despesas de compartilhamento de custos de sustentabilidade), será agregado ao custo de construção do T2 e deverá ser futuramente recuperado por meio das respectivas operações portuárias. Conforme divulgado na nota explicativa 17 - Imobilizado, os créditos com a OSX foram incorporados ao teste de recuperabilidade da UGC *Industrial Hub/T-Mult*.

(b) Obrigações com terceiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia tem obrigações com a OSX no montante de R\$19.880.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
 Período findo em 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Investimentos

a) Participações societárias

31 de dezembro de 2017											
Controladas diretas	%	Quantidade ações/ quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Adiantamento para futuro aumento do capital - AFAC	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Ganho/perda na variação percentual	Prejuízo acumulado
GSA	99,99%	33.465	39.693	66	39.627	39.878	-	95	-	-	(346)
Reserva Ambiental Caruara	99,05%	16.640	17.893	543	17.350	16.655	-	211	485	-	-
G3X	99,99%	38.539	177	-	177	38.582	-	-	-	31	(38.436)
Águas Industriais	100,00%	5	6.413	2.612	3.801	2.254	-	103	1.445	-	-
SNF	99,99%	42.463	42.591	50	42.541	43.306	-	-	-	-	(765)

31 de dezembro de 2016											
Controladas diretas	%	Quantidade ações/ quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Adiantamento para futuro aumento do capital - AFAC	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Ganho/perda na variação percentual	Prejuízo acumulado
GSA	99,99%	33.465	39.317	3	39.314	33.465	6.412	95	-	-	(658)
Reserva Ambiental Caruara	98,96%	16.640	19.115	1.226	17.889	16.640	-	177	1.072	-	-
G3X	99,99%	38.539	179	-	179	38.539	25	-	-	16	(38.401)
Águas Industriais	100,00%	5	77	19	58	5	130	-	-	-	(77)
SNF	99,99%	42.463	42.061	124	41.937	42.463	-	-	-	-	(526)

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
 Período findo em 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Investimentos--Continuação

a) Participações societárias--Continuação

Movimentações - Controladora

Controladas diretas	2016	Aumento de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Ganho/perda na variação percentual	Dividendos	Equivalência patrimonial	2017
GSA	39.310	6.413	(6.412)	-	-	313	39.624
Reserva Ambiental Caruara	17.705	15	-	13	(1.222)	674	17.185
G3X	(656)	43	(25)	15	-	(35)	(658)
Águas Industriais	58	2.248	(130)	-	(481)	2.106	3.802
SNF	41.937	843	-	-	-	(239)	42.541
Outros	8	15	-	(19)	-	-	3
	98.362	9.578	(6.567)	9	(1.703)	2.819	102.497

Controladas diretas	2015	Aumento de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Ganho/perda na variação percentual	Dividendos	Equivalência patrimonial	2016
GSA	33.516	-	6.412	-	-	(618)	39.310
Reserva Ambiental Caruara	17.009	-	-	-	(794)	1.490	17.705
G3X	23.152	-	25	-	-	(23.833)	(656)
Águas Industriais	1	-	130	-	-	(73)	58
SNF	38.465	3.832	(198)	-	-	(162)	41.937
Outros	360	-	-	-	-	(352)	8
	112.503	3.832	6.369	-	(794)	(23.548)	98.362

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Investimentos--Continuação

b) Avais, fianças e hipotecas concedidas em favor das controladas

A Prumo é interveniente garantidora dos seguintes financiamentos vigentes concedidos à Porto do Açu:

- Financiamento via repasse do BNDES concedido pelos bancos Bradesco e Santander Brasil, no montante de R\$3.012.653 em 31 de dezembro de 2017 (R\$2.639.712 em 31 de dezembro de 2016); e
- Financiamento via emissão de debêntures, no montante atualizado de R\$1.446.157 em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.301.484 em 31 de dezembro de 2016), sendo todo o crédito suportado pela fiança da Prumo, além do pacote de garantias elencado na Nota explicativa nº 19 - Empréstimos, financiamentos e debêntures.

16. Propriedades para investimento

	Consolidado			31/12/2017
	31/12/2016	Adições	Transferências	
Porto do Açu	457.190	8.660	1.166	467.016
GSA	31.527	84	-	31.611
Reserva Ambiental Caruara	5.205	45	-	5.250
SNF	41.774	601	-	42.375
	535.696	9.390	1.166	546.252

Propriedades para investimento incluem terrenos cuja posse é transferida onerosamente para terceiros. O instrumento jurídico usualmente utilizado nessa transferência é o contrato de cessão de uso, posse e futura concessão onerosa do direito real de superfície. Estes contratos contemplam períodos de 5 a 40 anos, renováveis ou não, sendo que todos possuem o valor anual indexado pela inflação.

O montante de R\$1.166 refere-se à transferência das Torres 345 KV da Linha de Transmissão, conforme Nota Explicativa Nº 17 de Imobilizado.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Propriedades para Investimento--Continuação

Os gastos incorridos na Porto do Açú, na GSA e na SNF são aqueles destinados ao desenvolvimento e disponibilização das propriedades a empreendedores com o objetivo de se instalarem nas áreas disponíveis do Complexo Industrial do Porto do Açú. As adições demonstradas no quadro referem-se, principalmente, a benfeitorias nestes terrenos destinados a cessão de uso, e outros gastos relacionados ao processo de desapropriação e aquisição das terras.

A Reserva Ambiental Caruara desenvolve projetos de recomposição florestal para outras empresas que precisam compensar toda vegetação suprimida pelo processo de implantação, cumprindo assim condicionantes de licenças socioambientais.

As propriedades para investimento são registradas pelo método do custo, porém em atendimento à norma contábil *CPC 28 - Propriedades para investimento*, a entidade deve determinar o valor justo para fins de divulgação. Este cálculo é efetuado através da metodologia de fluxo de caixa descontado, devido à singularidade do negócio e consequente dificuldade de comparação com dados de mercado. Em 31 de Dezembro de 2017 a Companhia calculou o valor justo dos terrenos arrendados em R\$1.079.227 equivalente a 1,4MM m² da área total (R\$1.423.061 em 31 de dezembro de 2016). Para os não arrendados a Companhia calculou o valor justo em R\$1.853.761.117.

17. Imobilizado

A composição do imobilizado por empresa em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Porto do Açú	2.924.084	3.057.579	2.923.249	3.056.744
Reserva Ambiental Caruara	-	-	9.242	9.360
Pedreira Sapucaia	-	-	462	461
Águas Industriais	-	-	1.286	74
	2.924.084	3.057.579	2.934.239	3.066.639

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Imobilizado--Continuação

Composição dos saldos

Controladora					
	Taxa anual de depreciação ponderada %				
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2017	Líquido 31/12/2016
Edificações	4	81.052	(6.424)	74.628	65.682
Pier de apoio T2	1,66	266.030	(12.855)	253.175	216.739
Canal T2	6,66	674.789	(131.706)	543.083	604.042
Defensas T2	10	16.365	(5.377)	10.988	13.324
Pier Tmult	1,66	227.612	(10.370)	217.242	235.077
Defensas Pier Tmult	10	192	(50)	142	170
Quebra-Mar T2	1,66	1.390.255	(55.988)	1.334.267	1.296.199
Vias de acesso	6,39	47.591	(7.317)	40.274	45.650
Pier molhe sul T2	1,66	34.251	(241)	34.010	
Benfeitorias	4	18	(6)	12	13
Instalações	10	124.753	(22.117)	102.636	109.589
Móveis e utensílios	10	2.324	(1.006)	1.318	1.405
Equipamentos de informática	20	10.949	(4.976)	5.973	5.716
Máquinas e equipamentos	10	112.461	(9.573)	102.888	48.616
Veículos	19	667	(664)	3	16
Terrenos		67.972	-	67.972	7.721
		3.057.281	(268.670)	2.788.611	2.649.959
Adiantamentos para formação de imobilizado		21.253	-	21.253	54.575
Obras em andamento e equipamentos em construção		114.220	-	114.220	353.045
		135.473	-	135.473	407.620
		3.192.754	(268.670)	2.924.084	3.057.579

Consolidado					
	Taxa anual de depreciação ponderada %				
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2017	Líquido 31/12/2016
Edificações	4	81.052	(6.423)	74.629	65.683
Pier de apoio T2	1,66	266.030	(12.855)	253.175	216.739
Canal T2	6,66	674.789	(131.706)	543.083	604.042
Defensas T2	10	16.365	(5.377)	10.988	13.324
Pier Tmult	1,66	227.612	(10.370)	217.242	235.077
Defensas Pier Tmult	10	192	(50)	142	170
Quebra-Mar T2	1,66	1.390.255	(55.988)	1.334.267	1.296.199
Vias de acesso	6,39	47.591	(7.317)	40.274	45.650
Pier molhe sul T2	1,66	34.251	(241)	34.010	
Benfeitorias	4	18	(6)	12	13
Instalações	10	124.753	(22.117)	102.636	109.589
Móveis e utensílios	10	2.324	(1.004)	1.320	1.407
Equipamentos de informática	20	10.957	(4.976)	5.981	5.716
Máquinas e equipamentos	10	112.497	(9.574)	102.923	48.616
Veículos	19	689	(664)	25	38
Terrenos		77.658	-	77.658	17.407
		3.067.033	(268.668)	2.798.365	2.659.670
Adiantamentos para formação de imobilizado		21.252	-	21.252	54.688
Obras em andamento e equipamentos em construção		114.622	-	114.622	352.280
		135.874	-	135.874	406.968
		3.202.907	(268.668)	2.934.239	3.066.638

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Imobilizado--Continuação

Movimentação do custo e depreciação

	Controladora					31/12/2017
	31/12/2016	Movimentação				
<u>Custo</u>	Custo	Adições	Baixas	Perda por Impairment	Transferências (*)	Custo
Edificações	68.935	933	-	-	11.184	81.052
Pier de apoio T2	225.263	215	-	(13.356)	53.909	266.030
Canal T2	688.161	2.179	-	(28.648)	13.096	674.789
Defensas T2	16.958	-	-	(580)	(13)	16.365
Pier Tmult	241.235	2.005	-	(11.460)	(4.168)	227.612
Defensas Pier Tmult	199	-	-	(7)	-	192
Quebra-Mar T2	1.328.073	11.247	-	(70.385)	121.320	1.390.255
Vias de acesso	49.337	392	-	(2.124)	(14)	47.591
Pier molhe sul T2				(1.794)	36.045	34.251
Benfeitorias	18	-	-	-	-	18
Instalações	122.729	33	-	-	1.991	124.753
Móveis e utensílios	2.185	139	-	-	-	2.324
Equipamentos de informática	8.916	1.793	-	-	240	10.949
Máquinas e equipamentos	53.049	3.421	-	-	55.991	112.461
Veículos	667	-	-	-	-	667
Terrenos	7.721	-	(603)	-	60.854	67.972
	2.813.446	22.357	(603)	(128.354)	350.435	3.057.281
Adiantamentos para formação de imobilizado	54.575	493	(1.305)	-	(32.510)	21.253
Obras em andamento e equipamentos em construção	353.045	81.883	-	-	(320.708)	114.220
	407.620	82.376	(1.305)	-	(353.218)	135.473
	3.221.066	104.733	(1.908)	(128.354)	(2.783)	3.192.754
<u>Depreciação</u>						
Edificações	(3.253)	(3.171)	-	-	-	(6.424)
Pier de apoio T2	(8.524)	(4.431)	-	-	-	(12.955)
Canal T2	(84.119)	(47.587)	-	-	-	(131.706)
Defensas T2	(3.634)	(1.743)	-	-	-	(5.377)
Pier Tmult	(6.158)	(4.212)	-	-	-	(10.370)
Defensas Pier Tmult	(29)	(21)	-	-	-	(50)
Quebra-Mar T2	(31.874)	(24.114)	-	-	-	(55.988)
Vias de acesso	(3.687)	(3.630)	-	-	-	(7.317)
Pier molhe sul T2		(241)	-	-	-	(241)
Benfeitorias	(5)	(1)	-	-	-	(6)
Instalações	(13.140)	(8.977)	-	-	-	(22.117)
Móveis e utensílios	(780)	(226)	-	-	-	(1.006)
Equipamentos de informática	(3.200)	(1.776)	-	-	-	(4.976)
Máquinas e equipamentos	(4.433)	(5.140)	-	-	-	(9.573)
Veículos	(651)	(13)	-	-	-	(664)
	(163.487)	(105.283)	-	-	-	(268.670)
Saldo líquido	3.057.579	(450)	(1.908)	(128.354)	(2.783)	2.924.084

(*)O valor de R\$(2.783) na controladora e consolidado refere-se a R\$(491) de transferência para Impostos a recolher (ICMS DIFAL), crédito de Pis/Cofins no montante de R\$(1.805), R\$(587) referente a valores transferidos para propriedade para investimento, e transferência de R\$100 referente a Licença de Software (Ambiente de Homologação) integrado ao Servidor Central da área Operacional do T-MULT com efeito na conta de Equipamentos de Informática, conforme Nota Explicativa nº 17 Intangíveis.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Imobilizado--Continuação

Movimentação do custo e depreciação

	Controladora					2016
	31/12/2015	Movimentação			Custo	
	Custo	Adições	Baixas	Perda por Impairment (**)		
Custo						
Edificações	5.653	350	-	-	62.932	68.935
Pier de apoio T2	249.535	-	-	(7.962)	(16.310)	225.263
Canal T2	705.274	-	-	(22.190)	5.077	688.161
Defensas T2	17.447	-	-	(489)	-	16.958
Pier Tmult	255.989	-	-	(8.636)	(6.118)	241.235
Defensas Pier Tmult	205	-	-	(6)	-	199
Quebra-Mar T2	1.443.950	-	-	(47.616)	(68.261)	1.328.073
Vias de acesso	51.017	-	-	-	(1.680)	49.337
Benfeitorias	18	-	-	-	-	18
Instalações	13.229	503	-	-	108.997	122.729
Móveis e utensílios	1.367	818	-	-	-	2.185
Equipamentos de informática	7.508	1.408	-	-	-	8.916
Máquinas e equipamentos	4.479	36.301	-	-	12.269	53.049
Veículos	1.056	6	(395)	-	-	667
Terrenos	8.553	-	-	-	(832)	7.721
	2.765.280	39.386	(395)	(86.899)	96.074	2.813.446
Adiantamentos para formação de imobilizado	60.890	2.929	-	-	(9.244)	54.575
Obras em andamento e equipamentos em construção	300.697	202.123	-	-	(149.775)	353.045
	361.587	205.052	-	-	(159.019)	407.620
	3.126.867	244.438	(395)	(86.899)	(62.945)	3.221.066
Depreciação						
Edificações	(1.545)	(1.708)	-	-	-	(3.253)
Pier de apoio T2	(4.829)	(3.695)	-	-	-	(8.524)
Canal T2	(35.706)	(48.413)	-	-	-	(84.119)
Defensas T2	(1.889)	(1.745)	-	-	-	(3.634)
Pier Tmult	(1.890)	(4.268)	-	-	-	(6.158)
Defensas Pier Tmult	(3)	(26)	-	-	-	(29)
Quebra-Mar T2	(9.090)	(22.784)	-	-	-	(31.874)
Vias de acesso	(120)	(3.567)	-	-	-	(3.687)
Benfeitorias	(4)	(1)	-	-	-	(5)
Instalações	(6.206)	(6.934)	-	-	-	(13.140)
Móveis e utensílios	(584)	(196)	-	-	-	(780)
Equipamentos de informática	(1.616)	(1.584)	-	-	-	(3.200)
Máquinas e equipamentos	(838)	(3.595)	-	-	-	(4.433)
Veículos	(984)	(95)	428	-	-	(651)
	(65.304)	(98.611)	428	-	-	(163.487)
Saldo líquido	3.061.563	145.827	33	(86.899)	(62.945)	3.057.579

(*) O valor de R\$(62.945) na controladora e consolidado R\$(54.538) refere-se a transferência de crédito de Pis/Cofins e R\$(8.407) transferência de adiantamento de terrenos para propriedade para investimento.

(**) Conforme descrito na Nota explicativa nº 1 - Contexto operacional

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Imobilizado--Continuação

Movimentação do custo e depreciação

	Consolidado					31/12/2017
	31/12/2016	Movimentação			Custo	
	Custo	Adições	Baixas	Perda por Impairment		
Custo						
Edificações	68.935	933	-	-	11.184	81.052
Pier de apoio T2	225.263	215	-	(13.356)	53.908	266.030
Canal T2	688.161	2.179	-	(28.648)	13.097	674.789
Defensas T2	16.958	-	-	(580)	(13)	16.365
Pier Tmult	241.235	2.005	-	(11.460)	(4.168)	227.612
Defensas Pier Tmult	199	-	-	(7)	-	192
Quebra-Mar T2	1.328.073	11.247	-	(70.385)	121.320	1.390.255
Vias de acesso	49.337	392	-	(2.124)	(14)	47.591
Pier molhe sul T2				(1.794)	36.045	34.251
Benfeitorias	18	-	-	-	-	18
Instalações	122.729	33	-	-	1.991	124.753
Móveis e utensílios	2.185	139	-	-	-	2.324
Equipamentos de informática	8.916	1.801	-	-	240	10.957
Máquinas e equipamentos	53.049	3.457	-	-	55.991	112.497
Veículos	689	-	-	-	-	689
Terrenos	17.407	-	(603)	-	60.854	77.658
	2.823.154	22.401	(603)	(128.354)	350.435	3.067.033
Adiantamentos para formação de imobilizado	54.688	379	(1.305)	-	(32.510)	21.252
Obras em andamento e equipamentos em construção	352.280	83.050	-	-	(320.708)	114.622
	406.968	83.429	(1.305)	-	(353.218)	135.874
	3.230.122	105.830	(1.908)	(128.354)	(2.783)	3.202.907
Depreciação						
Edificações	(3.252)	(3.171)	-	-	-	(6.423)
Pier de apoio T2	(8.524)	(4.331)	-	-	-	(12.855)
Canal T2	(84.119)	(47.587)	-	-	-	(131.706)
Defensas T2	(3.634)	(1.743)	-	-	-	(5.377)
Pier Tmult	(6.158)	(4.212)	-	-	-	(10.370)
Defensas Pier Tmult	(29)	(21)	-	-	-	(50)
Quebra-Mar T2	(31.874)	(24.114)	-	-	-	(55.988)
Vias de acesso	(3.687)	(3.630)	-	-	-	(7.317)
Pier molhe sul T2		(241)	-	-	-	(241)
Benfeitorias	(5)	(1)	-	-	-	(6)
Instalações	(13.140)	(8.977)	-	-	-	(22.117)
Móveis e utensílios	(778)	(226)	-	-	-	(1.004)
Equipamentos de informática	(3.200)	(1.776)	-	-	-	(4.976)
Máquinas e equipamentos	(4.433)	(5.141)	-	-	-	(9.574)
Veículos	(651)	(13)	-	-	-	(664)
	(163.484)	(105.184)	-	-	-	(268.668)
Saldo líquido	3.066.638	646	(1.908)	(128.354)	(2.783)	2.934.239

(*) O valor de R\$(2.783) na controladora e consolidado refere-se a R\$(491) de transferência para Impostos a recolher (ICMS DIFAL), crédito de Pis/Cofins no montante de R\$(1.805), R\$(587) referente a valores transferidos para propriedade para investimento e transferência de R\$100 referente a Licença de Software (Ambiente de Homologação) integrado ao Servidor Central da área Operacional do T-MULT com efeito na conta de Equipamentos de Informática, conforme Nota Explicativa nº 17 Intangíveis.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
 Período findo em 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Imobilizado--Continuação

Movimentação do custo e depreciação

	Consolidado					2016
	31/12/2015	Movimentação			2015	
	Custo	Adições	Baixas	Perda por Impairment (**)		
Custo						
Edificações	5.653	350	-	-	62.932	68.935
Pier de apoio T2	249.535	-	-	(7.962)	(16.310)	225.263
Canal T2	705.274	-	-	(22.190)	5.077	688.161
Defensas T2	17.447	-	-	(489)	-	16.958
Pier Tmult	255.989	-	-	(8.636)	(6.118)	241.235
Defensas Pier Tmult	205	-	-	(6)	-	199
Quebra-Mar T2	1.443.950	-	-	(47.616)	(68.261)	1.328.073
Vias de acesso	51.017	-	-	-	(1.680)	49.337
Benfeitorias	16.044	-	-	(16.026)	-	18
Instalações	13.229	503	-	-	108.997	122.729
Móveis e utensílios	1.372	818	(5)	-	-	2.185
Equipamentos de informática	7.508	1.408	-	-	-	8.916
Máquinas e equipamentos	4.479	36.301	-	-	12.269	53.049
Veículos	1.056	28	(395)	-	-	689
Terrenos	18.897	-	-	(658)	(832)	17.407
	2.791.655	39.408	(400)	(103.583)	96.074	2.823.154
Adiantamentos para formação de imobilizado	60.890	3.042	-	-	(9.244)	54.688
Obras em andamento e equipamentos em construção	299.859	202.196	-	-	(149.775)	352.280
	360.749	205.238	-	-	(159.019)	406.968
	3.152.404	244.646	(400)	(103.583)	(62.945)	3.230.122
Depreciação						
Edificações	(1.545)	(1.707)	-	-	-	(3.252)
Pier de apoio T2	(4.829)	(3.695)	-	-	-	(8.524)
Canal T2	(35.706)	(48.413)	-	-	-	(84.119)
Defensas T2	(1.889)	(1.745)	-	-	-	(3.634)
Pier Tmult	(1.890)	(4.268)	-	-	-	(6.158)
Defensas Pier Tmult	(3)	(26)	-	-	-	(29)
Quebra-Mar T2	(9.090)	(22.784)	-	-	-	(31.874)
Vias de acesso	(120)	(3.567)	-	-	-	(3.687)
Benfeitorias	(4)	(1)	-	-	-	(5)
Instalações	(6.206)	(6.934)	-	-	-	(13.140)
Móveis e utensílios	(584)	(196)	2	-	-	(778)
Equipamentos de comunicação	-	-	-	-	-	-
Equipamentos de informática	(1.616)	(1.584)	-	-	-	(3.200)
Máquinas e equipamentos	(839)	(3.594)	-	-	-	(4.433)
Veículos	(984)	(95)	428	-	-	(651)
	(65.305)	(98.609)	430	-	-	(163.484)
Saldo líquido	3.087.099	146.037	30	(103.583)	(62.945)	3.066.638

(*) O valor de R\$(62.945) na controladora e consolidado R\$(54.538) refere-se a transferência de crédito de Pis/Cofins e R\$(8.407) transferência de adiantamento de terrenos para propriedade para investimento.

(**) Conforme descrito abaixo.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Imobilizado--Continuação

- Obras em andamento

O saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2017, incluindo custos diretos e indiretos alocados aos diversos ativos em construção, é composto por: (i) proteção catódica do cais T-Mult R\$36.133; (ii) obras complementares de infraestrutura geral no valor de R\$77.244.

Na controlada Águas Industriais do Açú o saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2017 é de R\$1.245 referente a gastos com projetos para o sistema de águas do porto.

- Capitalização de juros e atualização monetária

A partir de 01 de janeiro de 2016 a Porto do Açú cessou a capitalização de juros e outros custos de empréstimos, pois estavam finalizadas as principais atividades para conclusão dos ativos qualificáveis, conforme especificado no CPC 20 (R1) Custos de Empréstimos.

- Instalações portuárias

As principais instalações do píer de apoio offshore T2, do canal T2 e do píer TMULT, bem como a estrutura do quebra-mar T2, se encontram operacionais e sendo depreciadas.

- Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes (“*impairment*”)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração revisa, trimestralmente, indicadores de perda, de maneira regular, a fim de verificar potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis.

A Companhia considera suas atividades portuárias e arrendamento de retroárea e na movimentação e armazenagem de containers, veículos, granéis sólidos e cargas soltas como uma única UGC Industrial *Hub/T-Mult*.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
 Período findo em 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Imobilizado--Continuação

Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes—Continuação

Em 31 de dezembro de 2017, na revisão dos testes de recuperabilidade dessa UGC, a Companhia verificou a necessidade de provisão para perda no valor de R\$128.354, conforme tabela abaixo. Esse fato decorre da deterioração da condição econômica do país em 2016 e em 2017 e das incertezas político-econômicas que cerceam o ano fiscal de 2018, resultando em projeções mais conservadoras, esse movimento se refletiu em uma desaceleração da taxa de ocupação do *Industrial Hub* ao longo dos anos.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu que há necessidade de provisão para perda no valor de R\$16.684, na controlada indireta Pedreira Sapucaia, devido ao fato de a Companhia não ter a perspectiva de utilização econômica deste ativo no curto prazo, situação que se mantém em 31 de dezembro de 2017.

Controlada Porto do Açú			2017		2016
Ativos ou unidade geradora de caixa	Valor contábil (a)	Valor em uso	Impairment	Impairment	
<i>Industrial Hub/T-Mult</i>	4.455.116	4.197.880	(122.284)	(134.952)	
Consolidado			2017		2016
Ativos ou unidade geradora de caixa	Valor contábil (a)	Valor em uso	Impairment	Impairment	
<i>Industrial Hub/T-Mult</i>	4.413.133	4.197.880	(128.354)	(86.899)	

(a) O valor contábil dos ativos é composto por: ativo imobilizado, intangível e diferido, propriedades para investimento e debêntures e créditos com a OSX (líquido de obrigações com terceiros).

	2016	Adições	Reversão (a)	2017
<i>Industrial Hub/T-Mult</i>	(134.952)	(128.354)	6.070	(257.236)
Pedreira Sapucaia	(16.684)			(16.684)
	(151.636)	(128.354)	6.070	(273.920)

(a) A reversão é referente a ajuste da provisão de impairment devido a amortização do diferido ao longo de 2017.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Imobilizado--Continuação

- Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes—Continuação

Na avaliação de recuperabilidade dos ativos em 31 de dezembro de 2017 a Companhia utilizou-se o valor em uso por UGC a partir de projeções aprovadas pela Administração, que consideraram:

- Revisão dos cenários para cada UGC conforme planos de negócios, considerando tanto receitas futuras projetadas quanto os contratos já firmados com clientes, com destaque para os contratos de locação de área com a Edison Chouest e os contratos de locação de área que estão sendo negociados com a GNA.
- Cenário macroeconômico do país;
- Período do fluxo de caixa de 23 anos, uma vez que a Companhia se encontra em fase inicial de suas operações, e a maioria dos contratos existentes e previstos são de longo prazo, assim como o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura;
- Taxa de desconto efetiva “*rolling WACC*” que apresenta diferenças ano a ano em função da variação dos indicadores que a compõe ao longo das projeções. Para fins referenciais, no primeiro ano projetivo a taxa desconto de 11,62% a 12,93% (14,46% em 31 de dezembro de 2016) em termos nominais, baseada na projeção da estrutura de capital ano a ano no custo médio ponderado de capital (“*Rolling WACC*”);e
- Taxa de crescimento de perpetuidade de 4,0% a.a..

Na avaliação de recuperabilidade dos ativos em 31 de dezembro de 2016, a Companhia utilizou-se do valor em uso por UGC a partir de projeções aprovadas pela Administração, que consideraram:

- Revisão dos cenários para cada UGC
- Cenário macroeconômico do país;
- Período do fluxo de caixa de 24 anos,
- Taxa de desconto de 14,46%, em termos nominais, baseada no custo médio ponderado de capital (“*WACC*”);e
- Taxa de crescimento de perpetuidade de 4,46% a.a..

Na avaliação do valor recuperável, a Companhia também mensurou o valor justo menos as despesas de alienação da UGC *Industrial Hub/T-Mult*, conforme CPC 01, e verificou que o valor em uso é superior ao valor justo menos despesas de alienação.

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Intangíveis

	Taxa anual de amortização (%)	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Licença de uso de software	20	2.126	2.079	2.126	2.079
Implantação de sistemas		467	100	467	100
Outros		44	44	44	44
		2.637	2.223	2.637	2.223

- Teste de valor recuperável para os ativos intangíveis

O montante dos bens intangíveis foi incluído nos testes de *impairment* mencionados na Nota explicativa nº 17 - Imobilizado.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

19. Partes relacionadas

A Companhia adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação. A Política de Governança Corporativa da Companhia determina que os membros do Conselho de Administração devam monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses dos executivos, dos membros do Conselho e dos Sócios, de forma a evitar o uso inadequado dos ativos da Companhia e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração da Companhia estão proibidos de votar em qualquer Assembleia ou Reunião do Conselho ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de transações da Companhia com empresas controladas, membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

	Contas a receber			
	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Cientes - Cessão do direito real de superfície				
NFX	968	992	968	992
	968	992	968	992
Contas a receber - Venda de ativos				
Açu Petróleo Investimentos S.A. (a)	495.154	438.470	495.154	438.470
	495.154	438.470	495.154	438.470
Contas a receber - Notas de crédito				
Açu Petróleo	6.117	12.242	6.117	12.242
Águas Industriais do Açú	341	-	-	-
Consortio Dome Serviços Integrados	4.196	-	4.196	-
Gás Natural Açú s.a.	345	725	345	725
	10.999	12.967	10.658	12.967
	507.121	452.429	506.780	452.429
Circulante	11.967	13.959	11.626	13.959
Não circulante	495.154	438.470	495.154	438.470

(a) Refere-se à transação de venda de ativos para a empresa Açú Petróleo Investimentos S.A., controlada da empresa Prumo. Este saldo está sujeito à taxa média ponderada das projeções de IPCA, TJLP e SELIC, a partir do exercício de 2016 e seu prazo máximo para a quitação está vinculado à liquidação financeira do Contrato de Repasse de Recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) assinado entre Porto do Açú e os Bancos Repassadores Bradesco e Santander em 10 de agosto de 2015, cujo contrato prevê 14 anos de amortização a partir de 15 de outubro de 2019.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
 Período findo em 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

19. Partes relacionadas--Continuação

	Contas a pagar			
	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Contas a pagar - Mútuo				
Prumo	509.580	509.580	509.580	509.580
	509.580	509.580	509.580	509.580
Contas a pagar - Notas de débito				
Prumo	234	434	291	434
Pedreira	154	154	-	-
Reserva Ambiental	-	551	-	-
Águas Industriais do Açú	295	-	-	-
Açú Petróleo	17.544	6.794	17.544	6.794
	18.227	7.933	17.835	7.228
	527.807	517.513	527.415	516.808
Circulante	18.227	7.933	17.835	7.228
Não circulante	509.580	509.580	509.580	509.580

O quadro abaixo demonstra o efeito no resultado, por empresa, das transações com partes relacionadas:

	Receitas - efeito no resultado			
	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas de cessão do direito real de superfície				
NFX	11.494	10.881	11.494	10.881
Ferroport	-	-	673	1.101
	11.494	10.881	12.167	11.982
Receita - Subcontratação BG				
Açú Petróleo	44.826	15.524	44.826	15.524
Receita - Acostagem				
NFX	-	1.166	-	1.166
Receita - Reflorestamento				
Ferroport	-	-	-	572
Receita financeira - Juros sobre mútuo				
Prumo	-	107	-	107
Atualização monetária - Venda de ativos				
Açú Petróleo Investimentos	56.685	56.187	56.685	56.187
	113.005	83.865	113.678	85.538
	Custos - efeito no resultado			
	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Custo - Serviços portuários (Subcontratação)				
Açú Petróleo	(42.206)	(15.524)	(42.206)	(15.524)
	(42.206)	(15.524)	(42.206)	(15.524)

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
 Período findo em 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Consolidado					2016
	2017					
	Vencimento	Taxas em %	Principal	Juros e atualização	Total	
Instituições						
BNDES (Repassadores) (i)	15/09/2033	Selic + 4,96%	923.821	5.339	929.160	803.208
BNDES (Repassadores) (ii)	15/09/2033	TJLP + 4, 70%	2.056.606	26.887	2.083.493	1.865.486
(-) Custo de transação (i) a (ii)	-	IPCA + 6,97% a.a.	(249.931)	-	(249.931)	(253.192)
Debêntures (iii)	15/09/2033		1.452.656	3.501	1.456.157	1.305.314
(-) Custo de transação (iii)			(6.707)	-	(6.707)	(6.589)
Terex (v)	23/08/2020	Euro + 4,10% a.a.	6.658	99	6.757	7.804
			4.183.103	35.826	4.218.929	3.722.031
Circulante			2.219	99	2.318	2.036
Não circulante			4.180.884	35.727	4.216.611	3.719.995

(i) e (ii) Em 29 de julho de 2015, o BNDES aprovou em decisão de Diretoria, os termos e condições para o longo prazo no modelo “*Project Finance*”, na modalidade de repasse, no valor de R\$2,8 bilhões. Desse montante, R\$2,3 bilhões foram repassados pelos bancos Bradesco e Santander (“Bancos Repassadores”) e utilizados para a amortização de empréstimos-ponte, concedidos anteriormente pelo BNDES.

Em 10 de agosto de 2015, a Porto do Açu assinou acordo com os Bancos Repassadores, para a formalização da operação acima descrita (“Contrato de Repasse”). Na mesma data, a Companhia assinou acordo com o BNDES que contempla a possibilidade de financiamento direto (“Contrato Direto”), em substituição a linha de repasse, no percentual de até 50% com o limite de R\$2,1 bilhões, somados juros e principal. A eficácia do Contrato de Repasse, assim como do Contrato Direto, está sujeita ao cumprimento de condições precedentes previstas nos referidos instrumentos.

Em 15 de outubro de 2015, a Porto do Açu cumpriu todas as condições precedentes previstas para o alongamento de sua dívida previstas, tornando efetivo naquela data o Contrato de Repasse - Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse de Recursos do BNDES nº 4.003.155/3, que tem como partes a Porto do Açu, o Bradesco e o Santander e a interveniência da EIG Energy XV Holdings (Flame), LLC e EIG LLX Holdings S.À.R.L.

O novo prazo total do financiamento foi alongado para 18 anos, sendo 4 anos de carência e 14 anos de amortização. O montante do repasse foi rateado na proporção original, 55,7% para o Bradesco e 44,3% para o Santander.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

(iii) Em 13 de agosto de 2012 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Porto do Açú o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples (“Escritura de Debêntures”), não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Espécie com Garantia Real, com intermediação da Caixa Econômica Federal. A controladora Prumo foi incluída no instrumento de emissão como interveniente garantidor.

Os recursos captados se destinaram ao desenvolvimento do projeto de construção e implantação do terminal portuário T2, bem como de sua retroárea, mediante o cumprimento de prazos e condições contratuais. O montante total da operação é de R\$750.000, com prazo total original de 15 anos e 3 anos de carência. As debêntures foram integralmente subscritas.

Em 28 de setembro de 2012, depois de cumpridas certas condições contratuais, foi liberado o montante de R\$289.500 com estrita observância do cronograma físico e financeiro do empreendimento. Em 05 de junho de 2013 foi liberado o saldo da operação, no valor de R\$478.561, em conformidade com o contrato.

Em 28 de agosto de 2015, a Porto do Açú assinou aditivo à Escritura de Debêntures Simples, em condições similares às estabelecidas nos contratos de repasse, firmados para o alongamento da dívida de curto prazo, que prevêem a extensão do prazo de carência por mais 4 anos, com 14 anos de amortização totalizando o prazo de 18 anos de vencimento.

(i) ,(ii) e (iii) - Em 30 de Junho de 2017, foi efetuado ajuste no cálculo dos juros, tanto da Porto do Açú como do Agente fiduciário das debêntures e BNDES, no valor de R\$19.355, sendo que R\$16.544 foi capitalizado por ser em juros capitalizados até o ano de 2015, período em que a Porto do Açú tinha obras em andamento e R\$2.811 para o resultado, ocasionados pela diferença na metodologia utilizadas pelos agentes. As partes chegaram ao consenso e as planilhas foram corrigidas.

(iv) Em 27 de junho de 2015, a Porto do Açú contratou com o próprio fornecedor de equipamentos Terex MHPS GmbH, e com garantia da Export Credit Agency (“ECA”), Euler Hermes (Alemanha) um financiamento de 3.3 milhões de Euros para a aquisição de um guindaste para o T-MULT, através da emissão de nota promissória, com vencimento estabelecido para 2020 e previsão de amortização semestral de juros e principal.

(*) Os juros pagos estão sendo classificados nas atividades de financiamentos nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Cronograma de amortização da dívida

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
2017	-	1.923
2018	27.944	1.923
2019	107.156	95.761
2020	317.031	283.436
De 2021 até 2033	3.987.610	3.565.844
	<u>4.439.741</u>	<u>3.948.887</u>

Garantias prestadas

As garantias prestadas em favor dos debenturistas, compartilhadas com os bancos Bradesco e Santander ("Repassadores"), são as seguintes:

- (i) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Reserva Ambiental Caruara;
- (ii) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Prumo;
- (iii) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Porto do Açu;
- (iv) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ativos;
- (v) Contrato de Cessão Condicional em Garantia de Direitos Contratuais e Outras Avenças;
- (vi) Carta de Compromisso de Alienação Fiduciária de Imóveis;
- (vii) Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia de Rendimentos de Ações e Quotas;
- (viii) Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Autorização e Demais Direitos Creditórios;
- (ix) Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia (Área do Meio);
- (x) Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia (Reserva Ambiental Caruara);
- (xi) Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Subordinação de Mútuos e AFAC; e
- (xii) Commitment for Additional Funding (Compromisso para Financiamento Adicional).

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Além do pacote de garantias acima mencionado, os debenturistas e os Repassadores possuem a garantia fidejussória da controladora Prumo.

O interveniente garantidor desta emissão obriga-se solidariamente com a Porto do Açú, perante os debenturistas e Repassadores, como fiador e principal pagador de todas as obrigações contraídas pelo Porto do Açú, conforme os termos da escritura de emissão, enquanto vigorar este instrumento. As garantias prestadas pelos fiadores serão automaticamente extintas quando cumpridas determinadas condições previstas nas escrituras de financiamento.

Com relação as garantias dadas à Terex MHPS GmbH pelo financiamento do guindaste, a operação é assegurada pela Euler Hermes, uma Agência de Crédito a Exportação alemã voltada para crédito de exportação. Além disso, o contrato de compra e venda do equipamento prevê que a transferência da propriedade à Porto do Açú somente será efetuada após integral pagamento do equipamento.

Cláusulas restritivas (*covenants*)

O contrato de debêntures e os empréstimos com o BNDES estão sujeitos às seguintes cláusulas de *covenants* financeiros a partir do exercício de 2019:

(i) Dívida líquida/EBITDA

Dívida líquida / EBITDA	
2020	< 5,0 x
2021	< 4,0 x
2022	< 3,0 x
A partir de 2023	< 2,0 x

Dívida líquida é definida como sendo o somatório da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Porto do Açú que venha a ser criada, deduzindo-se o caixa e equivalente de caixa e títulos e os valores mobiliários, constantes das demonstrações financeiras consolidadas da Porto do Açú. EBITDA é definido como lucro antes do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, depreciação e amortização.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

(ii) EBITDA/Despesa financeira

EBITDA / Despesa financeira líquida	
Entre 2019 e 2020	> 1,5 x
Entre 2021 e 2022	> 3,0 x
A partir de 2023	> 3,5 x

(iii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (a) entre 2020 e 2021 superior a 1,2x; e (b) a partir de 2022, superior a 1,3x ("ICSD Mínimo"), conforme fórmula a seguir:

ICSD Mínimo = $\frac{\text{Caixa Disponível para o Serviço da Dívida (EBITDA-Capital de Giro-Tributos-Capex de manutenção)}}{\text{Serviço das Dívidas (Amortização+Pagamento de Juros de quaisquer dívidas da Emissora)}}$

A partir de 2020, manter índice "Patrimônio Líquido sobre Ativo Total" superior a 0,15, comprovado mediante a apresentação de demonstrações financeiras auditadas e parecer expresso de empresa independente registrada na CVM, no período de 12 (doze) meses anteriores à apuração acima referida.

(iv) Eventos de vencimento antecipado automático e não automático

Os contratos possuem cláusulas de eventos de vencimento antecipado automático e não automático. Essa medida é tomada também no caso de haver alteração do controle acionário, direto ou indireto, no tomador do projeto, até a quitação de todas as obrigações do respectivo empréstimo e debêntures, sem prévia e expressa anuência, e também caso ocorra cessão, transferência ou alteração do controle do Porto do Açú ou do Interviente Garantidor pessoa jurídica, sem prévio consentimento dos credores, exceto se, após tais eventos, o controlador permanecer direta ou indiretamente na situação de Emissor e Interviente Garantidor do Porto do Açú. A escritura de debêntures autoriza, tão somente, a transferência de ações do Interviente Garantidor a qualquer terceiro em percentual não superior a 5% (cinco por cento) do capital social total da controladora Prumo.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
 Período findo em 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

(v) Obrigações adicionais do Interviente Garantidor e do Emissor

Além dos compromissos comuns aplicados aos acordos desta natureza, o pagamento de mútuos aos acionistas realizado pelo Emissor deverá respeitar os termos previstos no Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Subordinação de Mútuos e AFAC. Quanto às suas subsidiárias, o Emissor somente estará autorizado a celebrar contratos de mútuos dentro do limite de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) anuais. O Interviente Garantidor fica limitado a conceder mútuos a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, exceto às sociedades controladas e à Ferroport; notificar o agente fiduciário sobre alterações nas condições (financeiras ou não) em seus negócios que possam impossibilitar, de forma relevante, o cumprimento de suas obrigações decorrentes da Escritura de Debêntures e/ou dos contratos relativos às contas vinculadas; e dentre as obrigações adicionais relevantes, não constituir, sem o prévio consentimento dos debenturistas, garantias reais ou fidejussórias em operações com outros credores, ressalvadas as garantias prestadas nas operações de financiamento de longo prazo já contempladas no plano de negócios.

Transações que não envolvem Caixa ou Equivalente de Caixa

	Controladora								2017
	Fluxo de Caixa			Transferências		Efeito não Caixa			
	2016	Captação / Liquidação	Juros Pagos	Adição de Custos de Transação	Juros Capitalizados	Outros	Juros, Atualização monetária e Variação cambial	Amortização Custo de Transação	
Partes relacionadas - Venda de ativos Empréstimos, Financiamentos e debêntures	438.470	-	-	-	-	-	56.684	-	495.154
	3.722.031	(1.950)	(299)	(13.863)	16.554	3.825	475.625	17.005	4.218.928
	4.160.501	(1.950)	(299)	(13.863)	16.554	3.825	532.309	17.005	4.714.082

	Consolidado								2017
	Fluxo de Caixa			Transferências		Efeito não Caixa			
	2016	Captação / Liquidação	Juros Pagos	Adição de Custos de Transação	Juros Capitalizados	Outros	Juros, Atualização monetária e Variação cambial	Amortização Custo de Transação	
Partes relacionadas - Venda de ativos Empréstimos, Financiamentos e debêntures	438.470	-	-	-	-	-	56.684	-	495.154
	3.722.031	(1.950)	(299)	(13.863)	16.554	3.825	475.625	17.005	4.218.928
	4.160.501	(1.950)	(299)	(13.863)	16.554	3.825	532.209	17.005	4.714.082

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
ISS	751	767	751	768
PIS/COFINS	-	-	46	10
ICMS	296	502	296	502
IRRF	628	758	632	760
Parcelamento - PRT	954	-	954	-
PIS/COFINS/CSLL - Retenção	378	664	378	664
Imposto de renda e contribuição social("IRPJ e CSSL")	-	-	1.103	119
Outros	332	799	333	799
	3.339	3.490	4.493	3.622

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
 Período findo em 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Impostos e contribuições a recolher--Continuação

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	(655.506)	(654.075)	(654.191)	(592.392)
Prejuízo das empresas cujos créditos fiscais não são reconhecidos	-	-	(1.401)	(31.812)
Prejuízo líquido ajustado	(655.506)	(654.075)	(655.592)	(624.204)
Imposto de renda e contribuição social alíquota nominal (34%)	222.872	222.385	222.901	212.229
Ajustes para derivar a alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	958	(8.009)	-	-
Provisão para contingências	(3.754)	-	(3.754)	-
Provisão para PLR	(1.009)	-	(1.009)	-
Amortização despesas diferidas	3.797	-	3.803	-
Provisão bônus estatutários	(693)	-	(693)	-
Prov. p/perda desvalorização ativos	(43.640)	-	(43.640)	-
Baixa depósitos restituíveis	(22.749)	-	(22.749)	-
Outras	(1.425)	(836)	(1.425)	(836)
Créditos fiscais não reconhecidos	(154.357)	-	(154.507)	(23.453)
Total do imposto de renda e contribuição social (lucro presumido)	-	-	(236)	(348)
Baixa ativo diferido	(203.165)	-	(203.165)	-
Total do imposto de renda e contribuição social do período	(203.165)	213.540	(204.474)	187.592
Alíquota efetiva	30,99%	(32,65%)	31,19%	(30,05%)
Corrente	-	-	(1.309)	(348)
Diferido (a)	(203.165)	213.540	(203.165)	187.940
Total do imposto de renda e contribuição social do período	(203.165)	213.540	(204.474)	187.592

(a) Conforme mencionado na Nota explicativa nº 9, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Porto do Açú baixou provisão para perda de créditos fiscais no montante de R\$203.165, referentes ao imposto diferido ativo apurado no período. Para demais exercícios, a Administração irá revisar a recuperabilidade dos ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos e, se for o caso, reverter a provisão ou reduzi-la na medida em que a sua realização for provável

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 9 - Impostos diferidos, com o advento da Lei nº. 12.973, foi revogado o regime tributário de transição (RTT), tornando obrigatório, a partir do ano calendário de 2015, a adoção do novo regime tributário, devendo os saldos constituídos até 31 de dezembro de 2014, serem amortizados pelo prazo de 10 anos. Adicionalmente, a referida Lei alterou o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido, sendo que, para o período findo em 31 de dezembro de 2017, tal alteração não produziu efeitos significativos sobre as demonstrações financeiras.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Adiantamento de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Reserva Ambiental Caruara	-	-	305	571
Porto do Açú (*)	26.824	29.515	26.824	29.515
	26.824	29.515	27.129	30.086
Circulante	2.352	2.347	2.657	2.918
Não Circulante	24.472	27.168	24.472	27.168

(*) Referente a valores adiantados pelos clientes Edison Chouest e Marca Ambiental são apropriados linearmente ao resultado de acordo com contrato.

23. Provisão para contingências

a) Perdas prováveis, provisionadas em nosso balanço

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas são alvo de processos cujas expectativas de perda são classificadas como prováveis na opinião de seus consultores jurídicos e para os quais foram efetuados os devidos provisionamentos conforme tabela demonstrada a seguir:

	2017				2017
	2016	Adições	Reversão de provisão	Atualizações	
Trabalhistas	243	1.265	(1.279)	92	321
	243	1.265	(1.279)	92	321

	2016				2016
	2015	Adições	Reversão de provisão	Atualizações	
Trabalhistas	258	-	(38)	23	243
	258	-	(38)	23	243

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Provisão para contingências--Continuação

b) Perdas possíveis, não provisionadas em nosso balanço

O Grupo tem ações de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis pela Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fiscais	11.607	11.430
Trabalhistas	4.847	1.735
Cíveis	47.137	45.748
	<u>63.591</u>	<u>58.913</u>

Em 31 de dezembro de 2017, os principais processos de perdas possíveis para o Grupo, são os que seguem:

Processos trabalhistas: as reclamações trabalhistas representam, em sua maioria, reclamações individuais ajuizadas por ex-empregados de empresas contratadas da Companhia, nas quais se questiona a responsabilidade subsidiária da Companhia em assuntos relacionados a adicional de horas extras, horas "intinere", pagamento de FGTS, dentre outros direitos trabalhistas.

Processos fiscais: os processos mais significativos estão relacionados aos questionamentos de autoridades tributárias brasileiras sobre a dedutibilidade de despesas para fins de apuração de imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Há ainda processos nos quais se questiona a cobrança de adicional de Imposto Territorial Rural ("ITR") na área da Fazenda Caruara, em um montante total aproximado de R\$8.500.

Processos cíveis: tratam-se de demandas judiciais que se referem a ações de indenizações e cobranças no contexto de contratos celebrados pela Companhia com empresas construtoras, prestadoras de serviços, etc., que somam um montante total de aproximadamente R\$17.000. Há ainda ações relacionadas à posse de áreas localizadas em São João da Barra/RJ, em um montante total de aproximadamente R\$29.700.

Processos ambientais: tratam-se de ações civis públicas ajuizadas contra a Companhia que questionam supostos vícios nos processos de licenciamento e obtenção de licenças ambientais, bem como supostos danos ambientais na construção do empreendimento Porto do Açú. A Companhia e os consultores jurídicos consideram como inestimável o valor envolvido nesses processos.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é a seguinte:

Acionistas	2017		2016	
	Quantidade de ações ordinárias (mil)	%	Quantidade de ações ordinárias (mil)	%
Prumo Logística S.A.	2.036.821	100,00	1.814.008	100,00
	2.036.821	100,00	1.814.008	100,00

Em 29 de abril de 2016, a controladora Prumo subscreveu e integralizou o montante de R\$40.000 mediante a emissão de 40.000. novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 cada uma, mediante a conversão de adiantamentos para futuro aumento de capital.

Em 27 e 28 de março de 2017, a controladora Prumo subscreveu e integralizou o montante total de de R\$222.813 mediante a emissão de 222.813 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 cada uma, mediante a conversão de adiantamentos para futuro aumento de capital.

b) Plano de opção de ações

O valor justo das opções de ações, bem como os direitos sobre valorização de ações são mensurados utilizando-se o modelo *Black-Scholes* e contabilizados na empresa que se beneficia do valor agregado das atividades desses beneficiários. Em 31 de dezembro de 2017, a parcela do valor justo apropriada ao resultado do período totalizou R\$138 (R\$139 em 31 de dezembro de 2016), em contrapartida a conta de reserva de capital, no patrimônio líquido.

c) Dividendos

As ações da Companhia participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

25. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita bruta				
Cessão do direito real de superfície	127.347	121.571	128.020	122.672
Serviços portuários	102.359	37.617	102.359	37.617
Serviço de transporte	29.712	-	29.712	-
Fornecimento de água	-	-	4.036	-
Serviços ambientais	-	-	223	587
Total de receita bruta	259.418	159.188	264.350	160.876
Impostos sobre receita (Pis/Cofins/ISS/ICMS)	(30.183)	(15.481)	(30.622)	(15.578)
Receita líquida	229.235	143.707	233.728	145.298

26. Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Salários e encargos	(17.030)	(14.977)	(17.354)	(15.117)
Serviços de terceiros	(34.252)	(12.807)	(34.406)	(12.807)
Aluguéis e arrendamentos	(2.121)	(3.380)	(2.126)	(3.380)
Depreciação e amortização	(103.034)	(96.406)	(103.036)	(96.406)
Seguros diversos	(5.259)	(4.001)	(5.259)	(4.001)
Serviços portuários	(42.926)	(15.056)	(42.926)	(15.056)
Combustíveis e lubrificantes	(1.340)	(2.134)	(1.340)	(2.134)
Custos diversos	(1.617)	(2.109)	(1.493)	(2.237)
	(207.579)	(150.870)	(207.940)	(151.138)

27. Despesas administrativas

A Companhia apresenta as despesas administrativas por natureza, como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Salários e encargos	(14.247)	(12.625)	(14.390)	(12.554)
Honorários da Administração (<i>stock options</i>)	(138)	(138)	(138)	(138)
Serviços de terceiros	(9.828)	(8.151)	(10.090)	(8.462)
Material de consumo	(269)	(426)	(269)	(426)
Viagens e estadias	(379)	(718)	(379)	(718)
Aluguéis e arrendamentos	(917)	(1.533)	(917)	(1.533)
Impostos e taxas	(1.323)	(3.453)	(1.815)	(4.171)
Depreciação e amortização	(8.576)	(8.656)	(2.507)	(2.587)
Representações e eventos	(523)	(1.352)	(523)	(1.352)
Despesas diversas	(3.561)	(2.542)	(3.590)	(2.612)
	(39.761)	(39.594)	(34.618)	(34.553)

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(386)	(492)	(399)	(663)
IOF	(133)	(1.559)	(110)	(1.587)
Corretagem e comissões	(16.834)	(18.898)	(16.834)	(18.898)
Juros sobre empréstimos (*)	(335.743)	(301.313)	(335.743)	(301.313)
Juros e multas	(468)	(1.026)	(547)	(1.294)
Atualização monetária (**)	(143.542)	(197.826)	(143.542)	(197.826)
Outras despesas financeiras	(1.153)	(3.312)	(1.153)	(3.329)
	(498.259)	(524.426)	(498.328)	(524.910)
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	2.417	4.810	3.437	5.558
Juros ativos	1.839	9.899	1.848	10.046
Variação monetária	-	3.175	-	3.175
Atualização monetária - partes relacionadas	56.685	56.187	56.685	56.187
Outras receitas financeiras	68	314	67	314
	61.009	74.385	62.037	75.280
Resultado financeiro líquido	(437.250)	(450.041)	(436.291)	(449.630)

(*) Juros sobre empréstimos de R\$(243.462) com BNDES, R\$(91.954) sobre debêntures e R\$(281) outros;

(**) Atualização monetária de R\$(100.593) sobre empréstimo com BNDES, R\$(42.345) sobre debêntures.

29. Compromissos assumidos

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de compras futuras no valor de R\$297.583 (R\$350.852 em 31 de dezembro de 2016), que deverão ser cumpridos no decorrer das obras do Porto do Açú.

	Consolidado	
	2017	2016
Porto do Açú	295.962	349.052
Águas Industriais	1.404	1.346
Reserva Ambiental Caruara	196	438
Outros	21	16
	297.583	350.852

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

30. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento periódico das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão vir a ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A política da Administração da Companhia no que tange à gestão de capital é manter uma base sólida de capital para garantir a confiança dos investidores, credores e mercado, bem como assegurar o desenvolvimento futuro do negócio. Com base nisso, a Administração acompanha as previsões de retornos sobre capital no planejamento plurianual.

O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, no caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da Companhia tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas *bullet* e de curto prazo.

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
 Período findo em 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

30. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

O quadro abaixo demonstra os saldos contábeis e respectivos valores justos dos instrumentos financeiros e a segregação do nível hierárquico, incluídos nos balanços patrimoniais:

	Consolidado					
	2017			2016		
	Valor contábil	Mensuração	Nível hierárquico	Valor contábil	Mensuração	Nível hierárquico
Ativos financeiros não mensurados a valor justo						
Caixa e bancos	3.547			15.342		
Aplicações financeiras (a)	17.118			18.757		
Títulos e valores mobiliários	5.154			-		
Clientes	112.910	Custo amortizado		75.143	Custo amortizado	
Depósitos bancários vinculados	6.761	Custo amortizado		8.837	Custo amortizado	
Depósitos restituíveis	19.865	Custo amortizado		87.619	Custo amortizado	
Contas a receber com partes relacionadas	11.625	Custo amortizado		13.959	Custo amortizado	
Mútuo com partes relacionadas	495.154	Custo amortizado		438.470	Custo amortizado	
Debêntures	659.393	Custo amortizado		670.354	Custo amortizado	
Créditos com terceiros	80.772	Custo amortizado		62.664	Custo amortizado	
	1.412.299			1.391.145		
Passivos financeiros não mensurados a valor justo						
Fornecedores	35.119	Custo amortizado		79.115	Custo amortizado	
Empréstimos, financiamentos e debêntures (b)	4.218.929	Custo amortizado	2	3.722.031	Custo amortizado	2
Contas a pagar com partes relacionadas	17.835	Custo amortizado		7.228	Custo amortizado	
Mútuo com partes relacionadas	509.580	Custo amortizado		509.580	Custo amortizado	
Adiantamentos de clientes	27.129	Custo amortizado		30.086	Custo amortizado	
Obrigações com terceiros	19.880	Custo amortizado		19.880	Custo amortizado	
	4.828.472			4.367.920		

(Nível 1) Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.

(Nível 2) *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

(Nível 3) *Inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

(a) Valor contábil das aplicações financeiras

As aplicações financeiras em fundos de investimento e CDBs estão sendo apresentadas pelo valor justo por meio do resultado.

(b) Valor contábil dos empréstimos, financiamentos e debêntures os empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados ao custo amortizado. Os valores justos abaixo demonstrados apenas para referência foram marcados a mercado, considerando o impacto dos indexadores CDI, TJLP e IPCA.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

30. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Níveis 1 e 3 durante o período em análise e que não ocorreram transferências relevantes de níveis para este mesmo período.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados ao custo amortizado. Os valores justos calculados pela Administração, através da abordagem de receita apenas para referência, são de R\$4.439.741 em 31 de dezembro de 2017(R\$3.948.886 em 31 de dezembro de 2016). Uma parte significativa desse valor consiste em contas a pagar com partes relacionadas, empréstimos com BNDES, FI-FGTS e fornecedores estrangeiros, e por serem um mercado exclusivo consideramos como valor justo o valor contábil. Para os demais ativos e passivos financeiros, dadas as características e os prazos de vencimento dos mesmos, os valores justos não diferem de forma relevante dos saldos contábeis.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não efetuou reclassificação de seus instrumentos financeiros entre as categorias de instrumentos financeiros previstas no CPC 38.

A Companhia possui política formal para gerenciamento de riscos. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. Os resultados obtidos com estas operações e a aplicação dos controles internos para o gerenciamento de riscos foram satisfatórios aos objetivos propostos.

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras que deverão ser obrigatoriamente neutralizados no curto prazo são de até um ano, podendo a proteção se estender a um prazo maior. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante. A Companhia e suas controladas não detinham contratos de instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

30. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos—Continuação

- **Riscos de Mercado**

- (i) Risco cambial

Risco de flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associados a ativos e passivos da Companhia.

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial no âmbito do consolidado de suas empresas para identificar e dirimir os riscos associados à oscilação do valor das moedas às quais estão associados ativos e passivos globais. O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas controladas do Grupo, de forma a minimizar (ou mesmo evitar) o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida. Instrumentos derivativos podem ser utilizados nos casos em que não é possível utilizar-se da estratégia do *hedge* natural.

Em seu contexto operacional atual, a Companhia não possui riscos cambiais considerados relevantes pela Administração. Adicionalmente, não há instrumentos derivativos que possam ocasionar esse tipo de exposição.

- (ii) Risco de taxa de juros

Conforme detalhamento da Nota explicativa nº 19 - Empréstimos, financiamentos e debêntures, a identificação de risco de taxas de juros é ligado ao deslocamento das estruturas de juros associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros da dívida.

Em 31 de dezembro de 2017, 99,8% do endividamento da Companhia estava associado aos índices de moedas locais, sendo 32,5% corrigidos pelo IPCA, 46,6% pela TJLP e 20,8% pela Selic.

Com relação às receitas em reais, as receitas de aluguel da Porto do Açú são corrigidas pelo IGP-M. Os recursos financeiros estão aplicados em um fundo exclusivo da Prumo, no banco Bradesco, com política específica para aplicação em títulos de renda fixa de bancos de primeira linha, com indexação a CDI e com previsão de liquidez diária.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

30. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos—Continuação

- **Riscos de Mercado**

- (ii) Risco de taxa de juros

Com relação à mitigação dos riscos à variação das taxas de juros dentro do contexto atual apresentado, onde a empresa possui dívidas corrigidas por índices como SELIC, TJLP e IPCA adicionados de uma sobretaxa fixa e possui todo seu caixa aplicado em uma carteira de baixo risco com rentabilidade indexada ao CDI, a Administração não considerou relevante, no curto prazo, o risco de juros associado ao passivo do Grupo Porto do Açú e, portanto optou por não abrir posição em operações de *hedge* para neutralizar esse risco específico.

A tabela abaixo resume o fluxo futuro de pagamento da dívida em milhões de reais, por credor, com cenário de sensibilidade nos índices de taxa de juros, sofrendo oscilação (acréscimo) de 25% e 50%.

Consolidado - Fluxo de Pagamentos Futuros						
Descrição	Cenário Base		Cenário I - Alta de 25%		Cenário II - Alta de 50%	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
BNDES (Selic e TJLP)	7.460.218	9.601.436	9.152.533	12.692.431	10.919.447	16.632.803
Debêntures (IPCA)	3.131.076	2.788.872	3.918.924	3.482.192	4.706.772	4.175.512
Total	10.591.294	12.390.308	13.071.458	16.174.623	15.626.219	20.808.315

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

30. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--Continuação

(ii) Risco de taxa de juros--Continuação

Risco de cash flow relacionado aos juros flutuantes

Existe um risco financeiro associado às taxas flutuantes que pode elevar o valor futuro dos passivos financeiros. O risco comum é a incerteza sobre o mercado futuro de juros, que tira a previsibilidade dos fluxos de pagamento. Em cenários de perda a estrutura a termo de juros se desloca para cima aumentando o valor do passivo. Alternativamente, a empresa ainda pode ter seus passivos reduzidos nos cenários de queda das taxas.

O risco mais importante associado ao passivo de juros advém da emissão de debêntures corrigida pelo IPCA, como mencionado no tópico anterior. Como a receita futura da Companhia também terá o mesmo tipo de correção e ambas são de longo prazo - dívida com vencimento em 2027, fato que aumenta o grau de incerteza sobre o mercado devido ao prazo - existe a neutralização de projeção de receitas com a amortização da dívida, minimizando o risco em questão.

- **Risco de Crédito**

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, a referência são os *ratings* das principais agências de risco utilizada no mercado: S&P, Moody's e Fitch, usando a avaliação e risco nacional para longo prazo.

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de *rating* como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

30. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--Continuação

- **Risco de Liquidez**

A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2017. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Sem vencimento	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	-	35.119	-	-	-	-	35.119
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	1.246	21.614	311.101	2.170.880	8.840.503	11.345.344
Partes relacionadas	-	-	17.835	509.580	-	-	527.415
Adiantamentos de clientes	-	-	2.657	24.472	-	-	27.129
Obrigações com terceiros	-	-	-	19.880	-	-	19.880
Total por faixa de prazo	-	36.365	42.106	865.033	2.170.880	8.840.503	11.954.887

Para fins de comparação seguem abaixo os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2016. Esses valores são brutos e não-descontados, incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Sem vencimento	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	-	79.115	-	-	-	-	79.115
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	1.344	1.320	2.489	1.791.659	11.777.195	13.574.007
Partes relacionadas	-	-	7.228	509.580	-	-	516.808
Adiantamentos de clientes	-	-	2.918	27.168	-	-	30.086
Obrigações com terceiros	-	-	-	19.880	-	-	19.880
Total por faixa de prazo	-	80.459	11.466	559.117	1.791.659	11.777.195	14.219.896

Porto do Açu Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a sua cobertura de seguros é consistente com as de outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as coberturas de seguros são as seguintes:

	Consolidado	
	2017	2016
Riscos operacionais		
Danos materiais	330.800	332.910
Responsabilidade Civil e por Danos Ambientais	428.696	507.910
Lucros cessantes	165.400	162.955

32. Evento subsequentes

- Fornecimento de Combustíveis

Em 18 de janeiro de 2018, a Prumo comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em continuidade ao fato relevante de 04 de outubro de 2017, sua subsidiária Porto do Açu assinou contrato definitivo com a Petrobras Distribuidora S.A. ("BR") para fornecimento de combustíveis para veículos e equipamentos, por meio da instalação e operação de um ponto de abastecimento e também foi assinado o contrato de prestação de serviços de operação do Terminal de Triagem de caminhões para os terminais portuários do Porto do Açu. Ambos os contratos terão duração de 10 anos a partir do início das operações.

A área destinada ao ponto de abastecimento, de aproximadamente 5 mil m², contará com estrutura de tanques para fornecimento de combustível, com venda direta para as empresas instaladas no Complexo Portuário. O terminal de triagem de caminhões terá área inicial de 15 mil m², com 80 vagas para caminhões, prédio administrativo e área de conveniência para os caminhoneiros.

Porto do Açú Operações S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias --Continuação
Período findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

32. Evento subsequentes--Continuação

- Porto de Antuérpia

Em 15 de fevereiro de 2018, a Prumo comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em continuidade aos fatos relevantes de 20 de abril de 2017, 26 de junho de 2017 e 24 de julho de 2017, que foram cumpridas todas as condições precedentes previstas para a formação da parceria entre a Companhia e a Porto f Antwerp International NV ("PAI"), uma subsidiária Porto d e Antuérpia, implementada através da celebração de três contratos: (i) Contrato de consultoria, (ii) Contrato de investimento e (iii) Acordo de acionistas ("Acordos Definitivos").

Os Acordos Definitivos tornaram-se eficazes e, desta forma, (i) a PAI iniciou a prestação dos serviços de consultoria para a Porto do Açú Operações S.A ("PdA"), subsidiária da Companhia, pelo prazo de 10 anos e preço total de USD7.800, adicionalmente a PAI indicará um total de até quatro executivos expatriados para integrar a equipe da PdA no desenvolvimento comercial e operacional do Porto do Açú; (ii) a PAI, através de uma subsidiária, subscreveu novas ações correspondentes a uma participação de 1,176% do capital social da PdA, pelo valor total de USD10.000 e (iii) a PAI indicará um membro para o Conselho de Administração da PdA.

Composição de Diretoria

José Magela Bernardes
Diretor Presidente

Eugenio Leite de Figueiredo
Diretor Financeiro

Marcelo Cavalcanti Veloso Costa
Diretor

Ideraldo Luiz Goulart
Diretor

Leonardo Fortuna Bernardo Ribeiro
Gerente de Controladoria
Contador CRC RJ 091.229/O-9